

---

**TERCEIRO ADITAMENTO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 71500038-1**

Celebrado entre

**BRAZIL REALTY COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS**  
*na qualidade de Credor*

**JOSÉ CELSO GONTIJO ENGENHARIA S.A.**  
*na qualidade de Emitente e Devedora*

**ANA MARIA BAETA VALADARES GONTIJO  
JOSÉ CELSO VALADARES GONTIJO  
ATRIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.  
IOTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**  
*na qualidade de Intervenientes Anuentes*

## TERCEIRO ADITAMENTO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 71500038-1

### SEÇÃO I – PARTES

Pelo presente instrumento particular, as partes:

**BRAZIL REALTY COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS**, constituída sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3600, 12º Andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.119.838/0001-48, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“**BRCS**” ou “**Securizadora**”);

**JOSÉ CELSO GONTIJO ENGENHARIA S.A.**, pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, na Q SHCS EQS 114/115, n.º 41, conjunto A, bloco 1, lojas 18 a 34, salas 10 a 18 / 28 a 36, Centro Comercial, Casa Blanca, Asa Sul, CEP 70377-400, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.056.990/0001-66 neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“**Devedora**”);

e na qualidade de intervenientes anuentes,

**ANA MARIA BAETA VALADARES GONTIJO**, brasileira, empresária, casada sob regime de separação de bens, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 132.530 DPF/DF, inscrita no CPF sob o n.º 855.154.341-53, residente e domiciliada na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, na SHIS QI 5, Chácara 42, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP 71600-560 (“**Ana Maria**”);

**JOSÉ CELSO VALADARES GONTIJO**, brasileiro, empresário, casado sob regime de separação de bens, portador da Cédula de Identidade RG n.º 169.847 DPF/DF, inscrito no CPF sob o n.º 001.997.021-87, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, na SHIS QI 5, Chácara 42, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP 71600-560 (“**José Celso**” e em conjunto com a Ana Maria, “**Avalistas**”); e

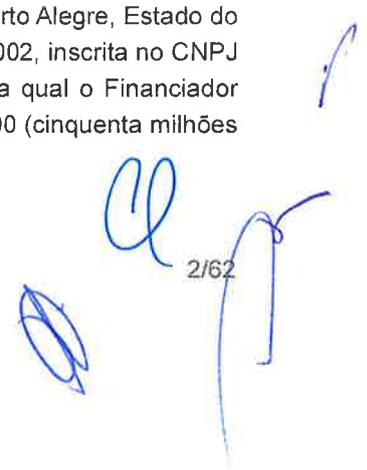
**ATRIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na Q SHCS EQS 114/115, n.º 41, conjunto A, bloco 1, sala 17, Asa Sul, CEP 70377-400, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.766.836/0001-27, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“**Atrium**”);

**IOTA Empreendimentos Imobiliários S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, na SHCS/EQS 114/115, n.º 41, conjunto A, bloco 1, salas 10 a 16 e 28 a 34, parte F, Centro Comercial Casa Blanca, Asa Sul, CEP 70377-400, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.017.355/0001-00, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“**IOTA Empreendimentos**” e, em conjunto com os Avalistas e a Atrium, “**Garantidores**”)

(BRCS, Devedora e Garantidores, quando em conjunto, doravante denominadas “**Partes**”, e, individual e isoladamente, cada uma delas denominada “**Parte**”).

### SEÇÃO II – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(A) a Devedora emitiu em 15 de agosto de 2019, a *Cédula de Crédito Bancário nº 71500038-1*, em favor da Companhia Hipotecaria Piratini – CHP, instituição financeira, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Cristóvão Colombo, n.º 2955, conj. 501, Centro, CEP 90.560-002, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.282.093/0001-50 (respectivamente, “**CCB**” e “**Financiador**”), por meio da qual o Financiador concedeu o financiamento imobiliário à Devedora, no valor principal de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);



2162

(B) em contrapartida, a Devedora obrigou-se ao pagamento de todos os direitos creditórios decorrentes da CCB, correspondentes à obrigação da Devedora de pagar a totalidade dos créditos oriundos da CCB, no valor, forma de pagamento e demais condições previstos na CCB, bem como quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora, ou titulados pelo Financiador, por força da CCB, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como juros remuneratórios, atualização monetária, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, seguros, despesas, custas, honorários, garantias e demais obrigações contratuais e legais previstas na CCB ("**Créditos Imobiliários**");

(C) em garantia do cumprimento de todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, pecuniárias ou não pecuniárias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora na CCB, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento e cumprimento, conforme aplicável: (a) de todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora, por força da CCB, ou seja, todas as obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes e futuras, assumidas que sejam direta ou indiretamente relacionadas à CCB; e (b) pagamento de todos os custos e despesas necessários para cobrança da CCB e/ou excussão das garantias reais constituídas no âmbito da CCB, incluindo, mas não se limitando, a penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais, observadas os termos definidos neste instrumento ("**Obrigações Garantidas**"), a CCB conta com as seguintes garantias ("**Garantias**");

(i) a alienação fiduciária sobre certos equipamentos de titularidade da Devedora, nos termos do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia e Outras Avenças* (respectivamente, "**Alienação Fiduciária**" e "**Contrato de Alienação Fiduciária**"), celebrado em 15 de agosto de 2019 entre a Devedora, na qualidade de fiduciante, e a Cyrela, na qualidade de credora fiduciária;

(ii) a cessão fiduciária de certos direitos creditórios e contas vinculadas ("**Direitos Creditórios**") de titularidade da Devedora e da Atrium, conforme relacionados nos respectivos *Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças* (respectivamente, "**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**" e "**Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**"), celebrado em 15 de agosto de 2019 entre a Cyrela, na qualidade de fiduciária, a Devedora e a Atrium, na qualidade de fiduciantes; e

(iii) o aval, outorgado pelos Avalistas nos termos da CCB.

(D) em 15 de agosto de 2019, o Financiador cedeu a totalidade dos Créditos Imobiliários à **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, 109, 2º andar, sala 1, parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000, inscrita no CNPJ sob nº 73.178.600/0001-18, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("**Cyrela**"), por meio do *Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças* ("**Contrato de Cessão Cyrela**");

(E) em 20 de setembro de 2019, a Cyrela emitiu 1 (uma) Cédula de Crédito Imobiliário que representa a totalidade dos Créditos Imobiliários ("**CCI**") por meio do *Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, sem Garantia Real Imobiliária, sob a Forma Escritural*, celebrado entre Cyrela, na qualidade de emissora, e a **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, sala 2.401, Centro, CEP 20050-055, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, na qualidade de instituição custodiante ("**Escritura de Emissão de CCI**" e "**Simplific**", respectivamente);

(F) em 23 de setembro de 2019, a Cyrela cedeu os Créditos Imobiliários representados pela CCI à BRCS, nos termos do *Instrumento Particular de Cessão de Crédito Imobiliário e Outras Avenças*, celebrado entre a Cyrela, na qualidade de cedente, e a BRCS, na qualidade de cessionária ("**Contrato de Cessão BRCS**");

(G) os Créditos Imobiliários, representados pela CCI, foram vinculados ao Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 10ª Emissão da Securitizadora ("CRI"), nos termos do *Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários da 1ª Série da 10ª Emissão da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários*, celebrado entre a Securitizadora, na qualidade de emissora, e a Simplifica, na qualidade de agente fiduciário ("**Termo de Securitização**");

(H) as Partes desejam aditar a CCB para refletir o deliberado pelos titulares dos CRI na Assembleia de Titulares dos Créditos Imobiliários da 1ª Série da 10ª Emissão da Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários realizada em 10 de junho de 2021 ("**Assembleia**"); e

(I) as Partes dispuseram de tempo e condições adequadas para a avaliação e discussão de todas as cláusulas deste instrumento, cuja celebração, execução e extinção são pautadas pelos princípios da igualdade, probidade, lealdade e boa-fé.

Resolvem, na melhor forma de direito, celebrar o presente *Terceiro Aditamento à Cédula de Crédito Bancário nº 71500038-1* ("**Terceiro Aditamento**"), que se regerá pelas cláusulas a seguir redigidas e demais disposições, contratuais e legais, aplicáveis.

### SEÇÃO III – CLÁUSULAS

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

1.1. As palavras e os termos constantes deste Terceiro Aditamento não expressamente aqui definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como, quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência do presente Terceiro Aditamento no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos, deverão ser compreendidos e interpretados conforme significado a eles atribuídos na CCB.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Tendo em vista o deliberado na Assembleia, a Devedora, a Securitizadora, os Avalistas e a Atrium resolvem incluir a IOTA Empreendimentos como parte da CCB na qualidade de interveniente anuente e garantidora da CCB, bem como incluir o termo definido "IOTA Empreendimentos" e alterar os termos definidos "Contas Vinculadas de Direitos Creditórios", "Contrato de Cessão Fiduciária", "Contratos de Financiamento CEF", "Direitos Creditórios Itapoã" e "Repasses PJ" da CCB, os quais, a partir desta data, passa a vigorar com a seguinte redação:

<b>"Contas Vinculadas de Direitos Creditórios"</b>	<i>Cada uma das contas bancárias de titularidade da Devedora e da IOTA Empreendimentos descritas no quadro preambular de cada Contrato de Financiamento CEF (incluindo aqueles já celebrados e os que vierem a ser celebrados); na qual a CEF deve depositar os Repasses PJ e os Direitos Creditórios Itapoã relativos a cada condomínio do Empreendimento Destinatário. Apesar da titularidade das contas ser da Devedora e da IOTA Empreendimentos, estas serão movimentadas pela Cessionária e/ou pela Securitizadora por meio de instrumento de procuração a ser outorgado pela Devedora, exclusivamente para transferência dos respectivos Direitos Creditórios Itapoã para a Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.</i>
--	---

<b>“Contrato de Cessão Fiduciária”</b>	O Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, a ser celebrado pela Devedora e pela IOTA Empreendimentos, na qualidade de fiduciantes dos Direitos Creditórios Itapoã e das Contas Vinculadas de Direitos Creditórios, a Atrium, na qualidade de fiduciante dos Direitos Creditórios Atrium, e a Cessionária, na qualidade de fiduciária.
<b>“Contratos de Financiamento CEF”</b>	Cada um dos (i) Contratos de Abertura de Crédito e Mútuo para Construção de Empreendimento Imobiliário com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, que entre si celebram José Celso Gontijo Engenharia S.A. e Caixa Econômica Federal, com Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no Âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida celebrados entre a Devedora e a CEF; e (ii) Contratos de Abertura de Crédito e Mútuo para Construção de Empreendimento Imobiliário com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, que entre si celebram Iota Empreendimentos Imobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal, com Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no Âmbito do Programa Casa Verde e Amarela celebrados entre a IOTA Empreendimentos e a CEF; por meio dos quais foram/serão concedidas as respectivas aberturas de crédito pela CEF, e cujos recursos serão destinados, pela Devedora e/ou pela IOTA Empreendimentos, conforme o caso, para o desenvolvimento do Empreendimento Destinatário. Cada Contrato de Financiamento CEF corresponde a um condomínio do Empreendimento Destinatário, e estipula as regras para liberação dos respectivos Repasses PJ e dos Direitos Creditórios Itapoã. Existem Contratos de Financiamento CEF já celebrados, e existem Contratos de Financiamento CEF que ainda serão celebrados. Todos eles integram e integrarão a Operação. Para os fins da Operação, referidos contratos posteriores passarão a incorporar a definição “Contratos de Financiamento CEF” tão logo sejam celebrados.
<b>“Direitos Creditórios Itapoã”</b>	Todos os direitos creditórios de titularidade da Devedora, presentes e futuros, oriundos dos Repasses PF, bem como dos recursos depositados pela Devedora e pela IOTA Empreendimentos em garantia da exposição da infraestrutura, e que provenham dos Contratos de Financiamento CEF, conforme descritos e caracterizados no Contrato de Cessão Fiduciária.
<b>“Garantidores”</b>	A Atrium, os Avalistas e a IOTA Empreendimentos, quando mencionados em conjunto.
<b>“IOTA Empreendimentos”</b>	<b>IOTA Empreendimentos Imobiliários S.A.</b> , qualificada no preâmbulo do presente instrumento.

<p><b>“Repasses PJ”</b></p>	<p>São os valores desembolsados pela CEF à Devedora e à IOTA Empreendimentos, com a rubrica de financiamento à produção, para conclusão do respectivo Empreendimento Destinatário (repassse pessoa jurídica), nos termos do respectivo Contrato de Financiamento CEF. Esses valores não incluem os Direitos Creditórios Itapoã. Para que não restem dúvidas, os Repasses PJ serão aqueles marcados no histórico dos extratos das respectivas contas bancária da seguinte forma: no campo “Nr. Doc.” haverá a indicação dos últimos 6 (seis) números do Contrato de Financiamento CEF respectivo, excluído o dígito verificador, e no campo “histórico” haverá a indicação do com código “C VAL FIN”</p>
-----------------------------	---

2.2. Ainda, tendo em vista a inclusão da IOTA Empreendimentos na qualidade de fiduciante dos Direitos Creditórios Itapoã, as Partes resolvem alterar as cláusulas 5.3. e 6.2.2. da CCB, as quais passarão, a partir desta data, a vigorar com a seguinte redação:

5.3. Cessão Fiduciária. A operação contará com a garantia real representada pela cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, presentes e futuros, titulados e/ou que venham a ser titulados pela Devedora, pela IOTA Empreendimentos e pela Atrium, bem como pela cessão fiduciária das Contas Vinculadas de Direitos Creditórios, em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme disposto no Contrato de Cessão Fiduciária.

[..]

6.2.2. As Contas Vinculadas de Direitos Creditórios serão movimentadas pela Cessionária e/ou pela Securitizadora, mediante a outorga de instrumento de procuração pela Devedora e pela IOTA Empreendimentos, de acordo com as regras estabelecidas neste instrumento e no Contrato de Cessão Fiduciária, sendo certo que este deverá ser aditado na periodicidade estipulada no referido contrato para inclusão das novas Contas Vinculadas de Direitos Creditórios relativas aos novos Contratos de Financiamento CEF celebrados.

2.3. Por fim, as Partes resolvem alterar o anexo I da CCB, que, a partir desta data, passa a vigorar na forma do Anexo I deste Terceiro Aditamento.

### CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO

3.1. As Partes, neste ato, ratificam todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos no Contrato e em seus anexos, que não tenham sido expressamente alterados por este Terceiro Aditamento, passando, portanto, a CCB consolidada a viger na forma do Anexo II ao presente instrumento, obrigando-se as Partes e seus sucessores ao integral cumprimento dos termos constantes na CCB, a qualquer título.

3.2. A IOTA Empreendimento declara que está ciente com todos os termos e condições da CCB e demais Documentos da Operação e, neste ato, concorda com referidos termos e condições, e, ainda, assume, conforme aplicável, as obrigações descritas na CCB e que sejam de responsabilidade dos Garantidores.

### CLÁUSULA QUARTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ASSINATURA DIGITAL E FORO

4.1. Legislação Aplicável. Este Terceiro Aditamento será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

4.2. Assinatura Digital. As Partes concordam que o presente instrumento, bem como demais documentos correlatos, poderão ser assinados digitalmente, nos termos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, bem

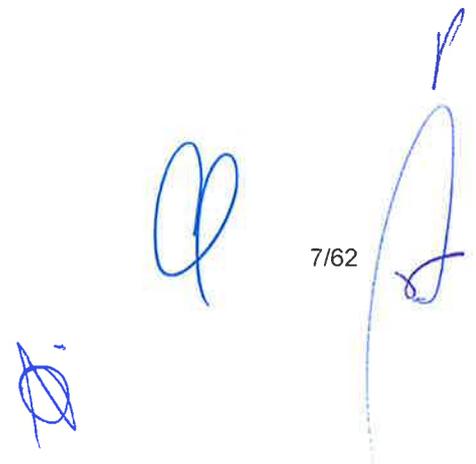
como na Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, e ainda no Enunciado nº 297 do Conselho Nacional de Justiça. Para este fim, serão utilizados os serviços disponíveis no mercado e amplamente utilizados que possibilitam a segurança, validade jurídica, autenticidade, integridade e validade da assinatura eletrônica por meio de sistemas de certificação digital capazes de validar a autoria, bem como de traçar a "trilha de auditoria digital" (cadeia de custódia) do documento, a fim de verificar sua integridade e autenticidade. Dessa forma, a assinatura física de documentos, bem como a existência física (impressa), de tais documentos não serão exigidas para fins de cumprimento de obrigações previstas neste instrumento, exceto se outra forma for exigida pelo cartório de registro de imóveis e demais órgãos competentes, hipótese em que as Partes se comprometem a atender eventuais solicitações no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da exigência.

4.3. Foro. As Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Terceiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente instrumento em formato eletrônico, com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e a intermediação de entidade certificadora devidamente credenciada e autorizada a funcionar no país, de acordo com a Medida Provisória 2.200-2, em conjunto com 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas.

São Paulo, SP, 28 de maio de 2021.

*(o restante desta página foi intencionalmente deixado em branco)  
(seguem as páginas de assinaturas)*



7162

JOSÉ CELSO GONTIJO ENGENHAIRA S.A.

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

ANA MARIA BAETA VALADARES GONTIJO

JOSÉ CELSO VALADARES GONTIJO

ATRIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

IOTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

Testemunhas:

1. *Paulo E. Gonçalves*

Nome:  
CPF 35.1.137.778-80  
RG: 43.048.906-4

2. *Rodrigo Moreira Lima*

Nome:  
CPF: 230.723.578-83  
RG: 33.566.830-9

**TABELÃO OLIVEIRA LIMA**  
15ª Cartório de Notas  
Bel. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005  
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP  
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMBLANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de:  
PAULO EDUARDO GONÇALVES, JULIANO BARROSA DA SILVEIRA RELOJO e JOSE  
FILIP BUENO ZANICHETTI, a qual contém com padrão depositado em  
cartório.  
São Paulo/SP, 02/07/2021 - 12:13:38  
HILDEVALDO FERNANDES DE BRITO - Escrivão  
Etiqueta: 3125109 Selos: Ar 82897 433234  
VALOR ECONÔMICO 2  
AE741568

**Tabela Oliveira Lima**  
15ª Cartório de Notas  
Bel. João Roberto de Oliveira Lima

FIRMA  
VALOR ECONÔMICO 2  
C21059AB0628997

FIRMA  
VALOR ECONÔMICO 2  
C11059AB0453234

### FLUXO DE PAGAMENTOS

Eventos	Juros	Amortização	% Amortização
20/05/2021	Sim	Sim	2,34%
20/06/2021	Sim	Sim	2,39%
20/07/2021	Sim	Sim	2,45%
20/08/2021	Sim	Sim	2,51%
20/09/2021	Sim	Sim	2,58%
20/10/2021	Sim	Sim	2,65%
20/11/2021	Sim	Sim	2,72%
20/12/2021	Sim	Sim	2,79%
20/01/2022	Sim	Sim	2,87%
20/02/2022	Sim	Sim	2,96%
20/03/2022	Sim	Sim	3,05%
20/04/2022	Sim	Sim	3,15%
20/05/2022	Sim	Sim	3,25%
20/06/2022	Sim	Sim	3,36%
20/07/2022	Sim	Sim	3,47%
20/08/2022	Sim	Sim	3,60%
20/09/2022	Sim	Sim	3,73%
20/10/2022	Sim	Sim	100,00%

**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 71500038-1**

**QUADRO RESUMO**

**SEÇÃO I - PARTES**

**1. Financiador**

Nome:	<b>Companhia Hipotecária Piratini – CHP</b>
CNPJ nº:	18.282.093/0001-50.
Endereço:	Av. Cristóvão Colombo, nº 2955, cj. 501, Floresta, CEP 90.560-002, Porto Alegre, RS.

**2. Devedora**

Nome:	<b>José Celso Gontijo Engenharia S.A.</b>
CNPJ nº:	06.056.990/0001-66.
Endereço:	Q SHCS EQS 114/115, nº 41, conjunto A, bloco 1, lojas 18 a 34, salas 10 a 18 / 28 a 36, Centro Comercial, Casa Blanca, Asa Sul, CEP 70377-400, Brasília, DF.

**3. Interveniente Anuente**

Nome:	<b>Ana Maria Baeta Valadares Gontijo</b>
CPF nº:	855.154.341-53.
Estado Civil:	Casada sob o regime da separação de bens.
Endereço:	SHIS QI 5, Chácara 42, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP 71600-560, Brasília, DF.

**4. Interveniente Anuente**

Nome:	<b>José Celso Valadares Gontijo</b>
CPF nº:	001.997.021-87
Estado Civil:	Casado sob o regime da separação de bens.
Endereço:	SHIS QI 5, Chácara 42, Setor de Habitações Individuais Sul, CEP 71600-560, Brasília, DF.

**5. Interveniente Anuente**

Nome:	<b>Atrium Empreendimentos Imobiliários S.A.</b>
CNPJ nº:	02.766.836/0001-27
Endereço:	Q SHCS EQS 114/115, nº 41, sala 17, Centro Comercial, Casa Blanca, Asa Sul, CEP 70377-400, Brasília, DF.

**6. Interveniente Anuente**

Nome:	<b>IOTA Empreendimentos Imobiliários S.A.</b>
CNPJ nº:	11.017.355/0001-00
Endereço:	SHCS/EQS 114/115, nº 41, conjunto A, bloco 1, salas 10 a 16 e 28 a 34, parte F, Centro Comercial Casa Blanca, Asa Sul, CEP 70377-400, Brasília, DF.

**SEÇÃO II - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO**

**1. Obrigação de Pagamento**

A Devedora, na qualidade de emitente do presente instrumento, se reconhece e se confessa devedora do Valor do Principal, e se obriga a pagá-lo ao Financiador, acrescido da Remuneração, em prestações mensais e sucessivas nos valores, nas condições e no prazo fixados neste instrumento, em moeda corrente nacional, observando-se o Fluxo de Pagamentos e demais condições constantes do Quadro Resumo e das Cláusulas desta Cédula.

**2. Valor do Principal**

R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

**3. Valor de Desembolso do Crédito**

Valor do Principal efetivamente desembolsado até a Data Limite das Condições Precedentes.

**4. Prazo da Operação**

,1.126 (mil cento e vinte e seis) dias a contar da Data de Emissão.

**5. Juros Remuneratórios**

12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, com base em um ano com 360 (trezentos e sessenta) dias corridos.

**6. Encargos**

Conforme Cláusula Oitava.

**7. Indexador**

IPCA, mensal, ou índice que venha a substituí-lo, a ser calculado *pro rata die* tendo como base um mês de 30 (trinta) dias nos termos da Cláusula 3.2. e seguintes.

**8. Periodicidade da Capitalização**

Mensal.

**9. IOF**

Operação de crédito isenta de IOF, nos termos do artigo 9º, inciso I, do Decreto nº 6.306, em razão da Destinação dos Recursos, conforme estabelecido na Cláusula Segunda.

**10. Tarifa de Análise e Estruturação e Pagamento de Consultoria de Originação**

Tarifa no valor correspondente a 3% (três por cento) do Valor do Principal a ser paga pela Cessionária, e distribuída da seguinte forma: 1% (um inteiro por cento) sobre o Valor do Principal, destinado ao Financiador ou a terceiro por este indicado, em conta corrente a ser oportunamente indicada; e 2% (dois inteiros por cento) sobre o Valor do Principal à Tera Realty Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (CNPJ nº 28.240.868/0001-88, a ser transferido para Banco Bradesco – 237, agência nº 2137-7, conta corrente nº 339985-0).

**11. Destinação dos Recursos**

Os recursos do Valor do Principal terão a destinação estabelecida na Cláusula Segunda.

**12. Descrição do Fluxo de Amortização**

Fluxo de Pagamentos de principal e juros de acordo com as respectivas parcelas e datas relacionadas no Anexo I, sendo certo que haverá carência de 100% (cem por cento) no pagamento da amortização do Valor do Principal durante os primeiros 6 (seis) meses, contados da Data de Emissão, de forma que o primeiro pagamento de amortização mensal do Valor do Principal deverá ocorrer na data estipulada para tanto no Cronograma de Pagamentos.

**13. Encargos Moratórios**

Conforme o Cláusula Décima.

<b>14. Amortização Extraordinária</b>
A Devedora poderá realizar amortização extraordinária do saldo não amortizado da CCB, nos termos da Cláusula 4.2.
<b>15. Garantias</b>
Em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas, são (ou serão, conforme aplicável) constituídas as garantias mencionadas na Cláusula Quinta.
<b>16. Modalidade</b>
Financiamento imobiliário habitacional.
<b>17. Local de Pagamento e de Emissão</b>
São Paulo – SP
<b>18. Despesas e Emolumentos</b>
Conforme Cláusula Nona.
<b>19. Número de Vias</b>
1 (uma) via negociável desta Cédula, que ficará em poder da Cessionária;
1 (uma) via não negociável desta Cédula, que ficará em poder da Instituição Custodiante;
1 (uma) via não negociável desta Cédula, que ficará em poder da CHP; e
1 (uma) via não negociável desta Cédula, que ficará em poder da Devedora.

### SEÇÃO III – TERMOS DEFINIDOS

Para os fins deste instrumento, adotam-se as seguintes definições, sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas no corpo do presente instrumento, observado o disposto na Cláusula 13.8.

“Agente Fiduciário” ou “Instituição Custodiante”	A instituição custodiante indicada no Termo de Securitização.
“Afiladas”	É qualquer sociedade que seja controlada pela Devedora e/ou pelos Garantidores, ou seja controlada, direta ou indiretamente, pelo controlador da Devedora e/ou dos Garantidores.
“Alienação Fiduciária”	A alienação fiduciária sobre os Equipamentos, de propriedade da Devedora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária.
“Aplicações Financeiras Permitidas”:	Investimentos em (1) certificados de depósito bancário (CDB) emitidos pelas Instituição Financeiras Permitidas; (2) operações compromissadas emitidas pelas Instituições Financeiras Permitidas; (3) fundos de investimento referenciado DI administrados pelas Instituição Financeiras Permitidas; e/ou (4) títulos públicos emitidos pelo Banco Central do Brasil ou Tesouro Nacional.
“Atrium”	A <b>Atrium Empreendimentos Imobiliários S.A.</b> , qualificada no preâmbulo do presente instrumento.
“Atualização Monetária”	A atualização monetária, com base na variação acumulada do IPCA.
“Aval”	A garantia fidejussória prestada pelos Avalistas, nos termos deste instrumento.

“Avalistas”	A <b>Sra. Ana Maria Baeta Valadares Gontijo</b> e o <b>Sr. José Celso Valadares Gontijo</b> , qualificados no preâmbulo do presente instrumento, quando mencionados em conjunto.
“B3”	A <b>B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento Cetip UTMV</b> , instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços de depositária central e liquidação financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 09.346.601/0001-25.
“CCB” ou “Cédula”	O presente instrumento.
“CCB Alvorada”	A <i>Cédula de Crédito Bancário nº 1016079770</i> , emitida em 30 de dezembro de 2014 pela JCGONTIJO em favor do Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04.
“CCB Atrium”	A <i>Cédula de Crédito Bancário nº JCG01/19</i> , emitida 04 de abril de 2019 pela Atrium em favor da Companhia Hipotecária Brasileira, instituição financeira, com sede na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua João Pessoa, nº 267, 5º andar, Cidade Alta, CEP 59025-50, inscrita no CNPJ sob nº 10.694.628/0001-98.
“CCI”	A Cédula de Crédito Imobiliário a ser emitida nos termos da Escritura de Emissão de CCI, para representar a integralidade dos Créditos Imobiliários.
“CEF”	A <b>Caixa Econômica Federal</b> , instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, pessoa jurídica de direito privado, criada pelo Decreto Lei 759/69, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04.
“Cessão Fiduciária”	A cessão fiduciária da totalidade dos Direitos Creditórios e das Contas Vinculadas de Direitos Creditórios, a ser constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.
“Cessionária”	A <b>Cyrela</b> , observado que, após a celebração do Contrato de Cessão BRCS, o termo “Cessionária” passará a indicar a Securitizadora, de acordo com o disposto na Cláusula 13.13 e seguintes.
“CHP”	A <b>Companhia Hipotecária Piratini</b> , qualificada no preâmbulo do presente instrumento.
“Condições Precedentes”	São as Condições Precedentes para Primeiro Desembolso e as Condições Precedentes para Demais Desembolsos, quando mencionadas em conjunto.
“Condições Precedentes para Primeiro Desembolso”	São as condições precedentes e que devem ser integral e cumulativamente cumpridas para que os recursos do Primeiro Desembolso sejam disponibilizados à Devedora, quais sejam:

(i) perfeita formalização dos Documentos da Operação (exceto o Contrato de Cessão BRCS, o Contrato de Distribuição e o Termo de Securitização), entendendo-se como tal a sua assinatura, incluindo seus anexos, quando for o caso, pelas respectivas partes, bem como a verificação dos poderes dos representantes dessas partes e eventuais aprovações societárias necessárias para tanto, devidamente realizadas e protocoladas perante as juntas comerciais competentes;

(ii) a outorga válida e exequível do instrumento de procuração conferindo poderes à Cessionária e à Securitizadora nos moldes dos anexos ao Contrato de Cessão Fiduciária;

(iii) não constatação de nenhum Evento de Vencimento Antecipado; e

(iv) não conhecimento da ocorrência dos seguintes eventos até a respectiva Data de Desembolso:

(a) alteração materialmente adversa das condições econômicas, financeiras ou operacionais dos Garantidores, aqui consideradas suas eventuais subsidiárias, coligadas ou controladoras desde que afete comprovadamente as Garantias e/ou a capacidade de pagamento desta CCB pela Devedora;

(b) alterações adversas substanciais na política monetária do Governo Federal que impactem diretamente o setor de atuação da Devedora e que, de qualquer modo, possam alterar substancialmente as perspectivas futuras dos mesmos;

(c) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre a CCB, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes na data do Contrato de Cessão, que tornem a concretização da cessão dos Créditos Imobiliários inviável ou mais onerosa a qualquer das partes;

(d) graves eventos de natureza política, conjuntural, econômica ou financeira (inclusive terrorismo e/ou guerra), no Brasil ou em qualquer outro país, que tenha influência material e adversa no mercado de capitais brasileiro e/o no mercado financeiro e que torne desaconselhável a qualquer das partes o cumprimento das obrigações aqui assumidas (estão incluídas nessas categorias crises políticas, sociais ou econômicas em mercados no geral, inclusive emergentes, ou qualquer mudança adversa substancial nas condições econômico-financeiras e resultados operacionais dos Garantidores, desde que estas mudanças afetem comprovadamente as Garantias e/ou a capacidade de pagamento desta CCB pela Devedora);

(e) alterações nas normas legais ou regulamentares aplicáveis no mercado financeiro que alterem substancialmente as condições de atratividade e/ou motivação econômico-financeira relacionadas à

	<p>formalização do Contrato de Cessão, tornando-a inviável ou desaconselhável a qualquer uma das partes; e/ou</p> <p>(f) casos fortuitos ou de força maior, independentes da vontade das partes contratantes, que tornem inviável ou desaconselhável a qualquer das partes a concretização da cessão dos Créditos Imobiliários.</p>
<b>“Condições Precedentes para Demais Desembolsos”</b>	<p>São as condições precedentes e que devem ser integral e cumulativamente cumpridas para que os recursos do Segundo Desembolso e do Terceiro Desembolsos sejam disponibilizados à Devedora, quais sejam:</p> <p>(i) cumprimento cumulativo e integral, bem como a manutenção do cumprimento, das Condições Precedentes para Primeiro Desembolso;</p> <p>(ii) celebração válida eficaz e progressiva de, no mínimo, 12 (doze) Contratos de Financiamento CEF, entre a Devedora e a CEF, devendo a liberação dos desembolsos ser feita na proporcionalidade da quantidade de contratos assinados com a CEF até que se atinja o limite mínimo de 12 (doze) Contratos de Financiamento, conforme exposta acima, e nos termos da Cláusula Primeira;</p> <p>(iii) registro do Contrato de Cessão Cyrela, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Alienação Fiduciária perante as competentes autoridades e competentes cartórios de registro de títulos e documentos das sedes e domicílios da Devedora, conforme estipulado nos respectivos contratos;</p> <p>(iv) obtenção de ciência expressa da CEF, nos termos dos Contratos de Financiamento CEF, a respeito da constituição da Cessão Fiduciária, bem como da procuração constante dos anexos ao Contrato de Cessão Fiduciária, para fins de aperfeiçoamento da garantia fiduciária sobre os Direitos Creditórios Itapoã e constituição da integralidade das Garantias;</p> <p>(v) conclusão de <i>due diligence</i> jurídica e financeira, incluindo, mas não apenas, a auditoria jurídica da Devedora e dos Garantidores, de forma satisfatória a exclusivo critério do Financiador; e</p> <p>(vi) o saldo devedor atualizado desta Cédula, (considerado após a realização do respectivo desembolso), seja igual ou inferior a metade do valor correspondente aos recursos oriundos dos Direitos Creditórios Itapoã deduzido o saldo devedor dos Repasses PJ.</p>
<b>“Conta Centralizadora”</b>	<p>A conta corrente de titularidade da Cessionária, de nº 3381-8, mantida na agência nº 912 do Banco Itaú Unibanco S.A. (Banco nº 341), ou, se após a Cessão BRCS, a conta corrente de titularidade da Securitizadora, integrante do Patrimônio Separado dos CR! e cujos dados serão oportunamente informados à Devedora, mediante notificação a ser enviada pela Cessionária e pela Securitizadora.</p>

<p><b>“Contas Vinculadas de Direitos Creditórios”</b></p>	<p>Cada uma das contas bancárias de titularidade da Devedora e da IOTA Empreendimentos descritas no quadro preambular de cada Contrato de Financiamento CEF (incluindo aqueles já celebrados e os que vierem a ser celebrados): na qual a CEF deve depositar os Repasses PJ e os Direitos Creditórios Itapoã relativos a cada condomínio do Empreendimento Destinatário. Apesar da titularidade das contas ser da Devedora e da IOTA Empreendimentos, estas serão movimentadas pela Cessionária e/ou pela Securitizadora por meio de instrumento de procuração a ser outorgado pela Devedora, exclusivamente para transferência dos respectivos Direitos Creditórios Itapoã para a Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.</p>
<p><b>“Conta da Devedora”</b></p>	<p>A conta corrente de titularidade da Devedora de nº 4575-1, mantida na agência nº 0002, OP 001, da Caixa Econômica Federal (Banco nº 104), de livre movimentação, e para a qual serão destinados (i) os recursos do Valor de Principal, após o cumprimento das respectivas Condições Precedentes; (ii) eventuais sobejos a que a Devedora faça jus, nos termos deste instrumento; e, posteriormente (iii) os recursos oriundos dos Repasses PJ os quais serão liberados à Devedora, eis que não compõem os Direitos Creditórios Itapoã.</p>
<p><b>“Contrato de Alienação Fiduciária”</b></p>	<p>O <i>Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia e Outras Avenças</i>, a ser celebrado entre a Devedora, na qualidade de fiduciante e a Cessionária, na qualidade de fiduciária, por meio do qual é constituída a Alienação Fiduciária sobre os Equipamentos da obra do Empreendimento Destinatário.</p>
<p><b>“Contrato de Cessão BRCS”</b></p>	<p>O <i>Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças</i> a ser celebrado entre a Cessionária, na qualidade de cedente, e a Securitizadora, na qualidade de cessionária, por meio do qual os Créditos Imobiliários e as Garantias serão cedidos para a Securitizadora.</p>
<p><b>“Contrato de Cessão Cyrela”</b></p>	<p>O <i>Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças</i>, a ser celebrado entre o Financiador, na qualidade de cedente, e a Cessionária, na qualidade de cessionária, a Devedora e os Garantidores como intervenientes anuentes, por meio do qual os Créditos Imobiliários serão cedidos para a Cessionária.</p>
<p><b>“Contratos de Cessão”</b></p>	<p>O Contrato de Cessão Cyrela e o Contrato de Cessão BRCS, quando mencionados em conjunto.</p>
<p><b>“Contrato de Cessão Fiduciária”</b></p>	<p>O <i>Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças</i>, a ser celebrado pela Devedora e pela IOTA Empreendimentos, na qualidade de fiduciantes dos Direitos Creditórios Itapoã e das Contas Vinculadas de Direitos Creditórios, a Atrium, na qualidade de fiduciante dos Direitos Creditórios Atrium, e a Cessionária, na qualidade de fiduciária.</p>

"Contrato de Distribuição"	O <i>Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, dos CRI</i> a ser celebrado entre a Securitizadora e o Coordenador Líder.
"Contratos de Financiamento CEF"	Cada um dos (i) Contratos de Abertura de Crédito e Mútuo para Construção de Empreendimento Imobiliário com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, que entre si celebram José Celso Gontijo Engenharia S.A. e Caixa Econômica Federal, com Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no Âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida celebrados entre a Devedora e a CEF; e (ii) Contratos de Abertura de Crédito e Mútuo para Construção de Empreendimento Imobiliário com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, que entre si celebram Iota Empreendimentos Imobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal, com Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no Âmbito do Programa Casa Verde e Amarela celebrados entre a IOTA Empreendimentos e a CEF; por meio dos quais foram/serão concedidas as respectivas aberturas de crédito pela CEF, e cujos recursos serão destinados, pela Devedora e/ou pela IOTA Empreendimentos, conforme o caso, para o desenvolvimento do Empreendimento Destinatário. Cada Contrato de Financiamento CEF corresponde a um condomínio do Empreendimento Destinatário, e estipula as regras para liberação dos respectivos Repasses PJ e dos Direitos Creditórios Itapoã. Existem Contratos de Financiamento CEF já celebrados, e existem Contratos de Financiamento CEF que ainda serão celebrados. Todos eles integram e integrarão a Operação. Para os fins da Operação, referidos contratos posteriores passarão a incorporar a definição "Contratos de Financiamento CEF" tão logo sejam celebrados.
"Coordenador Líder"	A instituição financeira indicada no Termo de Securitização e contratada nos termos do Contrato de Distribuição para coordenar a distribuição Oferta Restrita.
"Créditos Imobiliários"	Todos os direitos creditórios decorrentes da CCB e representados pela CCI, correspondentes à obrigação da Devedora de pagar a totalidade dos créditos oriundos da CCB, no valor, forma de pagamento e demais condições previstos nesta Cédula, bem como quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora, ou titulados pelo Financiador, por força da CCB, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como Juros Remuneratórios, Atualização Monetária, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, seguros, despesas, custas honorários, garantias e demais obrigações contratuais e legais previstas na CCB.
"CRI"	Os certificados de recebíveis imobiliários, lastreados nos Créditos Imobiliários, a serem emitidos pela Securitizadora
"Cyrela"	A <b>Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações</b> , pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de

	sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, nº 109, 2º andar, sala 1, parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000, inscrita no CNPJ sob o nº 73.178.600/0001-18.
“Fluxo de Pagamentos”	O fluxo de pagamentos estipulado no Anexo I deste instrumento, que estabelece as datas nas quais ocorrerão os pagamentos das obrigações assumidas pela Devedora na CCB e, posteriormente, das obrigações relacionadas aos CRI.
“CVM”	A Comissão de Valores Mobiliários.
“Data Base de Reajuste”	A data inicial de incidência do IPCA e de Juros Remuneratórios, que será cada uma das Datas de Desembolso dos recursos desta Cédula à Devedora.
“Data de Aniversário”	Todo 22º dia de cada mês
“Data de Emissão”	20 de setembro de 2019
“Data de Integralização dos CRI”	Cada data em que ocorrer uma integralização dos CRI ou, se realizada em parcela única, a data em que ocorrer a integralização de todos os CRI.
“Data de Desembolso”	Cada data em que ocorrer a disponibilização de parte do Valor do Principal à Devedora, na Conta Devedora, nos termos deste instrumento.
“Data Limite das Condições Precedentes”	A data representada pela contagem de 120 (cento e vinte) dias a partir da Data de Emissão, até a qual as Condições Precedentes deverão ter sido integralmente cumpridas, observado o disposto na Cláusula 1.1.7.
“Data de Pagamento”	As datas de pagamento da amortização e/ou dos Juros Remuneratórios da CCB, conforme Fluxo de Pagamentos constante do Anexo I deste instrumento, as quais devem coincidir com as Datas de Aniversário, salvo durante o período de carência.
“Data de Vencimento”	A última Data de Pagamento, conforme estipulada no Fluxo de Pagamentos.
“Decreto nº 6.306”	O Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, conforme alterado.
“Demanda”	Qualquer questionamento, na esfera judicial ou extrajudicial, seja por parte da Devedora, dos Garantidores e/ou de terceiros, e/ou contra si mesma, que possam impactar direta ou indiretamente as Garantias.
“Devedora” ou “JCG”	A <b>José Celso Gontijo Engenharia S.A.</b> , devidamente qualificada no preâmbulo deste instrumento.
“Dia(s) Útil(eis)”	Qualquer dia que não sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil.
“Direitos Creditórios”	São os Direitos Creditórios Atrium e os Direitos Creditórios Itapoã, quando mencionados em conjunto.

<b>“Direitos Creditórios Atrium”</b>	Todos os direitos creditórios de titularidade da Atrium, presentes e futuros, constituídos para garantir todas as obrigações garantidas na CCB Atrium, que sobejarem após o pagamento integral da Dívida Itaú e da Dívida Cyrela, nesta ordem, e que a ela forem liberados, em razão do sobejo de tais garantias, conforme descritos e caracterizados no Contrato de Cessão Fiduciária.
<b>“Direitos Creditórios Itapoã”</b>	Todos os direitos creditórios de titularidade da Devedora, presentes e futuros, oriundos dos Repasses PF, bem como dos recursos depositados pela Devedora e pela IOTA Empreendimentos em garantia da exposição da infraestrutura, e que provenham dos Contratos de Financiamento CEF, conforme descritos e caracterizados no Contrato de Cessão Fiduciária.
<b>“Dívida Cyrela”</b>	Todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Atrium no âmbito da CCB Atrium, incluindo as despesas, custos e demais encargos nela previstos.
<b>“Dívida Itaú”</b>	Todas as obrigações, vencidas e não pagas, principais e acessórias, dadas em garantia ou assumidas pela: (i) JCGONTIJO no âmbito da CCB Alvorada, incluindo as despesas, custos e demais encargos nela previstos; e, pela (ii) Devedora no âmbito da <i>Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória e Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Atrium Empreendimentos Imobiliários S.A.</i> , firmada em 15 de julho de 2014, seus aditivos e contratos e garantias relacionadas.
<b>“Documentos da Operação”</b>	Os documentos envolvidos na Operação, quais sejam: (i) a CCB; (ii) os Contratos de Cessão; (iii) a Escritura de Emissão de CCI; (iv) o Contrato de Alienação Fiduciária; (v) o Contrato de Cessão Fiduciária; (vi) o Termo de Securitização; (vii) o Contrato de Distribuição; (viii) o(s) boletim(ins) de subscrição dos CRI; e (ix) quaisquer aditamentos aos documentos aqui mencionados.
<b>“Emissão”</b>	A emissão dos CRI, de acordo com Termo de Securitização.
<b>“Empreendimento Destinatário”</b>	O empreendimento imobiliário denominado Parque Itapoã, Etapas 1 e 2, localizado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, o qual será composto por diversos condomínios, conforme identificados no Anexo III deste instrumento, e para o qual os recursos captados pela Devedora com a presente Cédula serão direcionados. O Empreendimento Destinatário é dividido em “condomínios”, sendo certo que cada um desses condomínios tem (ou terá, conforme o caso) seu respectivo Contrato de Financiamento CEF.
<b>“Equipamentos”</b>	São determinados equipamentos, de titularidade da Devedora, sendo-lhe assegurada a posse e uso nas obras do Empreendimento Destinatário, salvo em caso de eventual execução da referida garantia, conforme identificados no anexo I

	do Contrato de Alienação Fiduciária, alienados fiduciariamente à Cessionária.
“Escritura de Emissão de CCI”	O <i>Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural</i> , a ser celebrado pela Cessionária, na qualidade de emissora da CCI e pela Instituição Custodiante, na qualidade de Instituição Custodiante da CCI.
“Eventos de Vencimento Antecipado”	Qualquer um dos eventos de vencimento antecipado listados neste instrumento.
“FCPA”	<i>Foreign Corrupt Practices Act of 1977.</i>
“Financiador”	A CHP, observado que, o termo “Financiador” passará a indicar a Cessionária, quando celebração do Contrato de Cessão Cyrela, e posteriormente, a Securitizadora, quando da celebração do Contrato de Cessão BRCS, de acordo com o disposto na Cláusula 13.13 e seguintes.
“Financiamento Imobiliário”	O financiamento imobiliário concedido à Devedora por meio do presente instrumento.
“Garantias”	São: (i) Aval; (ii) Alienação Fiduciária; (iii) Cessão Fiduciária; e (iv) qualquer outra garantia adicional eventualmente constituída para cumprimento das Obrigações Garantidas.
“Garantidores”	A Atrium, os Avalistas e a IOTA Empreendimentos, quando mencionados em conjunto.
“IBGE”	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
“Instituição Financeiras Permitidas”	Instituições financeiras nas quais as Aplicações Financeiras Permitidas devem ser mantidas. São elas: Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander S.A., Banco do Brasil S.A. e CEF.
“Instrução CVM 476”	A Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.
“INPC”	Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE.
“IOF”	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
“IOTA Empreendimentos”	<b>IOTA Empreendimentos Imobiliários S.A.</b> , qualificada no preâmbulo do presente instrumento.
“IPCA”	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado mensalmente pelo IBGE.
“IPC”	Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
“JCGONTIJO”	A <b>JCGONTIJO 202 Empreendimentos Imobiliários S.A.</b> , sociedade por ações, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na Q SHCS E 114/155, conjunto A, bloco 01, nº 41, salas 10 a 16 e 18 a 34, parte N, Asa Sul, CEP 70377-400, inscrita no CNPJ sob o nº 13.878.736/0001-09, integrante do mesmo grupo econômico da Atrium.

<b>“Juros Remuneratórios”</b>	Os juros remuneratórios descritos no Item 5 da Seção II – “Características da Operação”, deste instrumento.
<b>“Legislação Anticorrupção”</b>	A (i) Lei 12.846; (ii) o FCPA; (iii) a <i>OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions</i> ; (iv) o UKBA, quando mencionados em conjunto.
<b>“Lei 4.595”</b>	A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.
<b>“Lei 6.404”</b>	A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
<b>“Lei 9.514”</b>	A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.
<b>“Lei 9.613”</b>	A Lei nº 9.613/98, de 3 de março de 1998.
<b>“Lei 11.101”</b>	A Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
<b>“Lei 12.846”</b>	A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
<b>“Obrigações Garantidas”</b>	Todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora e pelos Avalistas por força da CCB e suas posteriores alterações e ainda as obrigações assumidas pela Devedora e pelos Avalistas nos demais Documentos da Operação, o que inclui o pagamento dos Créditos Imobiliários, bem como de todas as despesas e custos com a eventual excussão das respectivas garantias incluindo, mas não se limitando a, penalidades, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extraordinárias, além de tributos.
<b>“OECD Anti-Bribery Convention”</b>	<i>A Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions.</i>
<b>“Oferta Restrita”</b>	A oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, da qual os CRI serão objeto.
<b>“Ônus” e o verbo correlato “Onerar”</b>	(i) qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, direitos e opções, assunção de compromisso, concessão de privilégio, preferência ou prioridade, ou (ii) qualquer outro ônus, real ou não, gravame; ou (iii) qualquer um dos atos, contratos ou instrumentos acima, com o mesmo efeito ou efeitos semelhantes, se e quando realizados no âmbito de jurisdições internacionais e/ou com relação a ativos localizados no exterior.
<b>“Operação”</b>	A presente operação estruturada, que envolve a emissão dos CRI e a captação de recursos de terceiros no mercado de capitais brasileiro, bem como todas as condições constantes deste instrumento e dos demais Documentos da Operação.
<b>“Partes”</b>	Os signatários deste instrumento.
<b>“Partes Relacionadas”</b>	(i) com relação a uma pessoa, qualquer outra pessoa que, de acordo com o conceito estabelecido no artigo 1,16 da Lei 6.404: (a) a controle; (b) seja por ela controlada; (c) esteja sob controle

	comum; e/ou (d) seja com ela coligada; (ii) com relação a determinada pessoa natural, os familiares até segundo grau; e (iii) com relação a determinada pessoa jurídica, fundos de investimento exclusivo, ou entidade fechada de previdência complementar por ela patrocinada.
<b>“Patrimônio Separado”</b>	O patrimônio separado dos CRI, a ser constituído, após a Emissão, a partir do regime fiduciário, nos termos e condições constantes do Termo de Securitização.
<b>“Período(s) de Capitalização”</b>	O intervalo de tempo que se inicia (i) na Data Base de Reajuste, no caso do primeiro Período de Capitalização, inclusive ou, (ii) na Data de Aniversário imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Aniversário imediatamente subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
<b>“PMT”</b>	Parcelas de pagamento de amortização programada do evento na Data de Pagamento da CCB, conforme previstas no Fluxo de Pagamentos desta Cédula.
<b>“Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa”</b>	O prêmio a ser pago pela Devedora, a título de <i>break funding fee</i> , em caso de amortização extraordinária facultativa, integral ou parcial, da presente Cédula, o qual será calculado nos termos deste instrumento.
<b>“Primeiro Desembolso”</b>	Os recursos equivalentes a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), os quais serão disponibilizados à Devedora nos termos da Cláusula 1.1. e seguintes.
<b>“Relatório Semestral”</b>	O relatório semestral a ser apresentado pela Devedora ao Agente Fiduciário, na forma do Anexo IV, para fins de comprovação da destinação dos recursos.
<b>“Remuneração”</b>	A remuneração devida pela Devedora ao Financiador em decorrência da contratação do presente Financiamento Imobiliário será composta pelos Juros Remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado a partir da Data Base de Reajuste, conforme o Fluxo de Pagamentos.
<b>“Repasses PF”</b>	São os repasses realizados pela CEF à Devedora, oriundos dos financiamentos tomados pelos adquirentes e futuros adquirentes das unidades autônomas do Empreendimento Destinatário junto à CEF (os quais devem ser depositados nas respectivas Contas Vinculadas de Direitos Creditórios com a rubrica de “repasso pessoa física). Para que não restem dúvidas, os Repasses PF serão todos aqueles marcados no histórico dos extratos das respectivas contas bancária da seguinte forma: no campo “Nr. Doc.” haverá a indicação dos últimos 6 (seis) números do Contrato de Compra e Venda firmado com a Pessoa Física (Adquirente) respectivo, excluído o dígito verificador, e no campo “histórico” haverá a indicação do código “C VAL FIN”, excetuados os Repasses PJ.

“Repasses PJ”	São os valores desembolsados pela CEF à Devedora e à IOTA Empreendimentos, com a rubrica de financiamento à produção, para conclusão do respectivo Empreendimento Destinatário (repasso pessoa jurídica), nos termos do respectivo Contrato de Financiamento CEF. Esses valores não incluem os Direitos Creditórios Itapoá. Para que não restem dúvidas, os Repasses PJ serão aqueles marcados no histórico dos extratos das respectivas contas bancária da seguinte forma: no campo “Nr. Doc.” haverá a indicação dos últimos 6 (seis) números do Contrato de Financiamento CEF respectivo, excluído o dígito verificador, e no campo “histórico” haverá a indicação do com código “C VAL FIN”
“Representantes”	As sociedades integrantes do grupo econômico da Devedora, bem como respectivos sócios, acionistas, quotistas, conselheiros, diretores, procuradores, funcionários, e quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seus respectivos benefícios.
“Resolução CMN 2.724”	A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.724, de 31 de maio de 2000.
“Securizadora”	A <b>Brazil Realty Companhia Securizadora de Créditos Imobiliários</b> , constituída sob a forma de sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3600, 12º Andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ sob o nº 07.119.838/0001-48.
“Segundo Desembolso”	Os recursos equivalentes a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), os quais serão disponibilizados à Devedora nos termos da Cláusula 1.1. e seguintes.
“Terceiro Desembolso”	Os recursos equivalentes a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), os quais serão disponibilizados à Devedora nos termos da Cláusula 1.1. e seguintes.
“Termo” ou “Termo de Securização”	O <i>Termo de Securização</i> dos CRI a ser celebrado nos termos da Lei 9.514, entre a Securizadora e o Agente Fiduciário.
“UKBA”	O <i>UK Bribery Act 2010</i> .
“Valor do Principal”	O valor estipulado no item 2 da Seção II – “Características da Operação” do Quadro Resumo.
“Valor Nominal Atualizado”	O Valor do Principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, calculado conforme o disposto na Cláusula 3.2.2.

#### SEÇÃO IV – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(A) o Financiador é uma instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil pelo Banco Central do Brasil, devidamente habilitada para conceder financiamentos ao setor imobiliário, nos termos da Lei 4.595, conforme alterada e demais legislações aplicáveis;

(B) a Devedora tem interesse em obter o Financiamento Imobiliário junto ao Financiador para destinar os recursos captados ao Empreendimento Destinatário;

- (C) sujeito aos termos e condições previstos nesta cédula, o Financiador concordou em conceder o Financiamento Imobiliário à Devedora no valor equivalente ao Valor do Principal e, em contrapartida, a Devedora emite, em favor do Financiador, a presente Cédula, obrigando-se ao pagamento do Valor do Principal em conjunto com a Remuneração, bem como todos os demais Créditos Imobiliários;
- (D) o Financiador cederá os Créditos Imobiliários à Cyrela, por meio da celebração do Contrato de Cessão Cyrela;
- (E) as Obrigações Garantidas dispostas nesta CCB, contarão com Garantias definidas neste instrumento;
- (F) a Cyrela emitirá a CCI para representar a totalidade dos Créditos Imobiliários, por meio da Escritura de Emissão de CCI, e posteriormente os cederá para a Securitizadora por meio da celebração do Contrato de Cessão BRCS;
- (G) a Securitizadora vinculará os Créditos Imobiliários aos CRI, por meio do Termo de Securitização, os quais serão objeto de Oferta Restrita, contando com a intermediação do Coordenador Líder, por meio do Contrato de Distribuição;
- (H) a Devedora tem ciência de que a presente Operação possui o caráter de "operação estruturada", razão pela qual esta CCB deve sempre ser interpretada em conjunto com os demais Documentos da Operação; e
- (I) as Partes dispuseram de tempo e condições adequadas para a avaliação e discussão de todas as Cláusulas deste instrumento, cuja celebração, execução e extinção são pautadas pelos princípios da igualdade, probidade, lealdade e boa-fé.

## **SEÇÃO V – CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DESEMBOLSO E LIBERAÇÃO DO FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO**

1.1. Desembolso. O Valor do Principal será desembolsado à Devedora, em três tranches, por meio de depósito dos respectivos recursos na Conta da Devedora, observadas as regras estabelecidas nesta Cláusula Primeira.

1.1.1. O Primeiro Desembolso será realizado pela CHP diretamente à Devedora e ocorrerá em até 2 (dois) Dias Úteis após a solicitação da Devedora encaminhada à CHP por correio eletrônico (e-mail), comprovando o cumprimento integral e cumulativo das Condições Precedentes para Primeiro Desembolso.

1.1.2. O Segundo Desembolso e o Terceiro Desembolso somente serão disponibilizados à Devedora quando do integral e cumulativo cumprimento das Condições Precedentes para Demais Desembolsos, sendo certo que, se a respectiva Data de Desembolso for posterior à celebração do Contrato de Cessão BRCS, os referidos desembolsos serão realizados pela Securitizadora, na qualidade de novo "Financiador", diretamente à Devedora, por conta e ordem da CHP, com a concordância da Devedora.

1.1.2.1. Sem prejuízo disposto acima, e sempre e quando as demais Condições Precedentes para Demais Liberações estejam integral e cumulativamente implementadas, os recursos do Segundo Desembolso serão disponibilizados à Devedora de forma proporcional aos Contratos de Financiamento CEF efetivamente celebrados observada a necessidade de comprovação ao Financiador da respectiva celebração.

1.1.3. A transferência dos recursos correspondentes ao Segundo Desembolso para a Conta da Devedora ocorrerá em até 30 (trinta) dias contados data do Primeiro Desembolso, observadas as Cláusulas 1.1.2. e 1.1.4.

1.1.4. Sem prejuízo do disposto acima, caso após o prazo previsto na Cláusula 1.1.3, as Condições Precedentes para Segundo e Terceiro Desembolsos não tenham sido cumpridas, de forma a inviabilizar a disponibilização do Segundo Desembolso, este será suspenso pelo Financiador e seus recursos somente serão disponibilizados à Devedora após 2 (dois) Dias Úteis do efetivo cumprimento das Condições Precedentes para Demais Desembolsos, observado o disposto na Cláusula 1.2.

1.1.5. A transferência dos recursos correspondentes ao Terceiro Desembolso para a Conta da Devedora ocorrerá em até 30 (trinta) dias contados da data do Segundo Desembolso.

1.1.6. Para fins de cálculo de Remuneração, o valor de cada tranche, será considerado como efetivamente desembolsado quando de seu depósito na Conta da Devedora, a ser calculado *pro rata die* a partir da respectiva Data de Desembolso, observado o disposto na Cláusula Terceira.

1.1.7. Para fins do disposto acima, caso as Condições Precedentes para Demais Desembolsos não tenham sido integral e cumulativamente cumpridas até a Data Limite das Condições Precedentes: (i) os recursos desta Cédula que não tenham sido desembolsados até então, não serão mais desembolsados, ficando o Financiador isento de qualquer obrigação de liberação de recursos adicionais à Devedora; e, (ii) o valor final desta CCB corresponderá ao efetivamente desembolsado do Valor Principal até a Data Limite das Condições Precedentes, e será apurado conforme previsto nesta CCB, sendo certo que poderá tal valor, a exclusivo critério do Financiador, ser refletido por meio da formalização de aditamento a este instrumento.

1.2. Aplicações Financeiras Permitidas. Todos os recursos depositados na Conta Centralizadora, incluindo, mas não apenas, recursos do Valor do Principal desembolsados e que aguardam o cumprimento de condições para transferência, deverão ser investidos em Aplicações Financeiras Permitidas, não sendo a Securitizadora responsabilizada por qualquer garantia mínima de rentabilidade. Os recursos oriundos dos rendimentos auferidos com tais Aplicações Financeiras Permitidas integrarão o Patrimônio Separado dos CRI, sendo certo que recursos eventualmente existentes na Conta Centralizadora após a integral quitação das Obrigações Garantidas serão devolvidos à Devedora.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DESTINAÇÃO DE RECURSOS

2.1. Destinação. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão e liberados de acordo com a Cláusula 1.1, serão destinados para financiamento de construção imobiliária desenvolvida no Empreendimento Destinatário pela Devedora, incluindo custos, despesas vinculadas e atinentes direta e indiretamente ao Empreendimento Destinatário, bem como custos e despesas relativas ao desenvolvimento e construção dos Empreendimentos Destinatários, de forma direta ou indireta, nos quais estão inclusos o financiamento de reembolso de despesas referentes ao Empreendimento Destinatário, as quais tenham sido incorridas e desembolsadas pela Devedora em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses de antecedência à Data de Integralização dos CRI.

2.1.1. A Devedora se compromete, em caráter irrevogável e irretroatável, a aplicar os recursos obtidos por meio da presente Cédula, exclusivamente conforme esta Cláusula Segunda.

2.1.2. Os recursos captados por meio desta Operação deverão ser destinados exclusivamente ao Empreendimento Destinatário até a Data de Vencimento, para fins de reembolso das despesas listadas no Anexo II e desenvolvimento do referido Empreendimento Destinatário conforme cronograma indicativo de alocação de recursos previsto no Anexo III, observado o disposto abaixo.

2.1.3. O cronograma indicativo é meramente tentativo e indicativo e, portanto, se, por qualquer motivo, a ocorrência de qualquer atraso ou antecipação do cronograma tentativo não implicará em um Evento de Vencimento Antecipado. Adicionalmente, a verificação da observância ao cronograma indicativo deverá ser realizada de maneira agregada, de modo que a destinação de um montante diferente

daquele previsto no cronograma indicativo para um determinado semestre poderá ser compensada nos semestres seguintes.

2.1.4. A presente Cédula poderá ser objeto de aditamento para fins de atualização da relação de projetos que componham o Empreendimento Destinatário, da porcentagem destinada aos referidos projetos; do cronograma indicativo e/ou da lista de despesas objeto de reembolso. Para os fins desta Cláusula eventuais novos projetos a serem incluídos no Anexo III, deverão respeitar os seguintes critérios mínimos: (i) as respectivas matrículas devem ser apresentadas ao Financiador e ao Agente Fiduciário para implementação da inclusão; e (ii) devem ter finalidade habitacional; (iii) devem ter projetos aprovados para desenvolvimento sobre esses imóveis; (iv) devem estar sem passivos ambientais, a ser comprovado mediante declaração da Emissora, inclusive, após a Emissão, sem necessidade de assembleia geral de titulares dos CRI.

2.1.5. Considerando que parte dos recursos obtidos por meio da presente Emissão será destinada ao reembolso de despesas referentes ao Empreendimento Destinatário, as quais foram incorridas pela Devedora, os recursos liberados a título de Primeiro Desembolso (no mesmo montante das despesas reembolsáveis) serão de livre uso da Devedora, conforme permitido pela Cláusula 2.1. deste instrumento.

2.2. Procedimento de Verificação. A Devedora deverá prestar contas ao Agente Fiduciário acerca da destinação de recursos descrita acima, na seguinte periodicidade: (i) a cada 6 (seis) meses a contar da Data de Integralização dos CRI, a Devedora deverá apresentar ao Agente Fiduciário o Relatório Semestral, para fins de comprovação do atendimento à Cláusula 2.1.2., acompanhado das informações a respeito de todos documentos comprobatórios da destinação, incluindo, mas não se limitando, contratos e números de notas fiscais; e (ii) sempre que razoavelmente solicitado por escrito pelo Financiador e/ou pelo Agente Fiduciário, incluindo, sem limitação, para fins de atendimento a exigências de órgãos reguladores e fiscalizadores, em até 30 (trinta) Dias Úteis do recebimento da solicitação - ou em prazo menor, se exigido pelo referidos órgãos -, cópia dos contratos, notas fiscais, atos societários e demais documentos comprobatórios que julgar necessário para acompanhamento da utilização dos recursos pelo Agente Fiduciário.

2.2.1. O Agente Fiduciário deverá verificar, ao longo do prazo de duração desta Cédula, e posteriormente, dos CRI, o efetivo direcionamento dos recursos obtidos por meio da presente CCB ao Empreendimento Destinatário, a partir do Relatório Semestral e dos documentos fornecidos pela Devedora, nos termos desta Cláusula Segunda.

2.2.2. O Financiador não realizará diretamente o acompanhamento físico das obras do Empreendimento Destinatário, estando tal fiscalização restrita ao envio, pela Devedora ao Agente Fiduciário dos relatórios e documentos acima previstos. Adicionalmente, após a Emissão, o Agente Fiduciário considerará como corretas e verídicas as informações fornecidas pela Devedora a respeito do acompanhamento físico das obras do Empreendimento Destinatário no Relatório Semestral.

2.2.3. Uma vez atingida e comprovada a aplicação integral dos recursos oriundos desta CCB em observância à destinação dos recursos, conforme a presente Cláusula Segunda, a Devedora ficará desobrigada com relação ao envio dos relatórios e documentos referidos nesta Cláusula Segunda e o Agente Fiduciário ficará desobrigado da obrigação de verificação da destinação dos recursos.

2.2.4. O Financiador ou o Agente Fiduciário poderão solicitar à Devedora, a qualquer momento, mediante notificação por escrito, informações sobre a destinação dos recursos desta Cédula ou sobre suas condições financeiras que julgar necessárias para manter a avaliação de crédito da Devedora, devendo esta enviar ao Financiador, obrigatoriamente, os documentos e informações necessários para a comprovação da utilização da totalidade dos valores desembolsados na destinação de recursos prevista nesta Cédula, em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da solicitação, observado o disposto na Cláusula 2.2.

2.2.5. Sem prejuízo do acima disposto, a comprovação da aplicação integral dos recursos oriundos desta Cédula em observância à destinação dos recursos, prevista na presente Cláusula Segunda, deverá ser integralmente comprovada, pela Devedora ao Agente Fiduciária e ao Financiador, no mais tardar, até trigésimo dia anterior à Data de Vencimento, mediante a entrega dos documentos necessários para tanto, de acordo com esta Cláusula Segunda.

### CLÁUSULA TERCEIRA – CÁLCULO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

3.1. Cálculo de Remuneração. Os Juros Remuneratórios, a serem calculados sobre o Valor Nominal Atualizado e a partir da Data Base Reajuste, serão devidos mensalmente conforme as Datas de Pagamento, observado o disposto na Cláusula 3.2., sendo certo que, o vencimento da primeira prestação ocorrerá na primeira Data de Pagamento apontada no Fluxo de Pagamentos, vencendo-se as nas demais Datas de Pagamento apontadas no referido fluxo. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

$J$  = valor unitário dos Juros Remuneratórios, devido no final de cada Período de Capitalização (abaixo definido), calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VNa$  = Valor Nominal Atualizado de cada Valor Liberado, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$Fator Juros$  = fator calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left[ \left( 1 + i \right)^{\frac{dcp}{360}} \right]^{\frac{360}{dct}}$$

Onde:

$i$  = taxa de Juros Remuneratórios;

$dcp$  = número de dias corridos entre a Data Base de Reajuste, para o caso do primeiro período de atualização, ou última Data de Aniversário, para os demais períodos e a data de cálculo, limitado ao número total de dias corridos de vigência do índice de preço, sendo  $dcp$  um número inteiro;

$dct$  = número de dias corridos entre a última e a próxima Data de Aniversário, sendo  $dct$  um número inteiro.

3.1.1. O Valor do Principal será atualizado mensalmente, a ser calculado *pro rate die* tendo como base um mês de 30 (trinta) dias, sempre na Data de Aniversário, considerada, para os efeitos da fórmula acima, todo dia 1° (primeiro) de cada mês.

3.1.2. A Devedora não poderá pagar qualquer parcela referente ao saldo devedor enquanto não tiverem sido pagas e quitadas aquelas vencidas anteriormente. Se tal fato ocorrer, o pagamento será imputado na liquidação ou amortização da primeira parcela vencida e não paga.

3.1.3. O recibo de pagamento da última parcela vencida não presume quitação das parcelas anteriores.

3.1.4. Os juros *pro rata die* incidentes sobre os valores constantes desta CCB serão calculados, mediante incidência diária sobre o saldo devedor da CCB diário, de 1/360 dias corridos da última variação percentual disponível do índice eleito neste instrumento, de forma exponencial, pelo número de dias corridos, existente entre a data do último vencimento e a data do efetivo pagamento.

3.2. Atualização Monetária. O valor de pagamento das parcelas, assim como o saldo devedor nominal desta CCB, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA.

3.2.1. As prestações mensais de amortização e juros serão atualizadas pela variação do IPCA, mensal e cumulativamente, nas datas de vencimento. A fórmula para a aplicação deste índice terá como base inicial o índice do segundo mês anterior ao da data de contratação, sendo aplicado cumulativamente com esta defasagem até o término da obrigação.

3.2.2. O Valor Nominal Atualizado será calculado conforme as fórmulas a seguir:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = conforme definido acima;

VNe = Valor do Principal inicial, ou Valor Nominal, ou saldo do Valor do Principal após a amortização, pagamento ou incorporação dos Juros Remuneratórios e Atualização Monetária, se houver, o que ocorrer por último, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado da variação mensal do IPCA, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado conforme abaixo:

Para apropriação *pro rata temporis* por dias corridos:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp}{dct}} \right]$$

Onde:

$n$  = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo  $n$  um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número índice, referente ao segundo mês anterior ao mês relativo à Data de Aniversário (por exemplo, se a Data de Aniversário for no mês de "setembro", utilizar-se-á o IPCA divulgado no mês de "julho");

$NI_{k-1}$  = valor do número índice do mês anterior ao mês  $k$ ;

$dcp$  = conforme definido acima;

$dct$  = conforme definido acima.

3.2.3. Se o índice eleito for extinto ou considerado inaplicável a este instrumento, as partes convencionam, desde já, que as prestações da reposição, vencidas e não pagas, e as vincendas, passarão, automaticamente e de pleno direito, a ser atualizadas monetariamente de acordo com o índice que por disposição legal ou regulamentar vier a substituí-lo e que permita a viabilização jurídica e

econômico-financeira da cessão do crédito ou, se após a Emissão, mediante a deliberação em assembleia geral de titulares dos CRI para definir o referido índice, conforme aplicável.

3.2.4. Na hipótese prevista na Cláusula 3.2.3., não sendo conhecido o índice substitutivo até a data do respectivo vencimento, deverá ser utilizado, provisoriamente, para reajuste monetário, o índice do mês anterior, fazendo-se as devidas compensações de quaisquer diferenças, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data da divulgação do novo índice.

3.2.5. As partes desde já concordam que se o Financiador ficar impossibilitado de aplicar os reajustes mensais devidos, em consequência de medidas legais e/ou judiciais, as parcelas e o saldo devedor continuarão a ser atualizados como previsto neste instrumento, sendo que os reajustes que porventura deixarem de ser aplicados às prestações, deste Financiamento Imobiliário serão incorporados, de uma única vez, na primeira parcela que se vencer após a revogação da medida que impossibilitou a aplicação dos reajustes ora previstos.

3.2.6. A atualização monetária *pro rata die* de valores constantes deste instrumento será calculada mediante incidência diária de 1/360 dias corridos da última variação percentual disponível do índice eleito neste instrumento, de forma exponencial, pelo número de dias corridos, existente entre a data do último vencimento e a data do efetivo pagamento.

#### CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1. Amortização Programada e Remuneração. As parcelas do Valor do Principal, conforme determinadas no Fluxo de Pagamentos, incluindo as parcelas de pagamento de amortização e de Remuneração, serão pagas pela Devedora, nas respectivas Datas de Pagamento, ou no Dia Útil imediatamente anterior, caso a respectiva Data de Pagamento estipulada não seja um Dia Útil.

4.2. Amortização Extraordinária. São hipóteses de amortização extraordinária desta CCB:

- (i) quando a Devedora decidir realizar uma amortização extraordinária facultativa, integral ou parcial, com recursos próprios não relacionados à Operação, nos termos da Cláusula 4.3.;
- (ii) quando ocorrer depósito de quaisquer Direitos Creditórios Atrium na Conta Centralizadora, os quais serão integralmente destinados à amortização extraordinária desta CCB, nos termos da Cláusula 6.3.;
- (iii) quando o ocorrer depósito de quaisquer Direitos Creditórios Itapoã na Conta Centralizadora, os quais serão utilizados para pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pela Devedora no presente instrumento, nos termos da Cláusula 6.2. e seguintes; e
- (iv) na ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 7.1., sendo que, nesta hipótese a amortização será necessariamente integral.

4.2.1. Na hipótese de ocorrência de amortização extraordinária compulsória da CCB, nos termos dos itens (ii), (iii) e (iv) da Cláusula 4.2., não será devido pela Devedora o Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa estabelecido na Cláusula 4.3.3.

4.3. Amortização Extraordinária Facultativa. Fica facultado à Devedora realizar, a qualquer momento, a amortização extraordinária facultativa, de forma parcial, pelo saldo não amortizado da CCB, acrescido de todos os encargos contratuais e legais incidentes até então, considerando a aplicação da Remuneração na forma da Cláusula 3.1., observados os termos e condições descritos nos subitens abaixo, especialmente, mas não apenas, os termos da Cláusula 4.3.3.

4.3.1. A amortização extraordinária facultativa poderá ser efetuada pela Devedora a qualquer tempo, desde que a Devedora notifique o Financiador comunicando a sua intenção de amortizar extraordinariamente a CCB, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da respectiva data na qual pretende realizar o pagamento da amortização extraordinária facultativa.

4.3.2. A notificação de que trata a Cláusula 4.3.1., deverá especificar (a) a data na qual a Devedora pretende realizar a amortização extraordinária facultativa; e (b) o valor da amortização extraordinária facultativa em questão, o qual deverá incluir o Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa estipulado na Cláusula 4.3.3.

4.3.3. Em caso de Amortização Extraordinária Facultativa, a Devedora pagará, adicionalmente, o Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa, calculado da seguinte forma:

$$\text{Prêmio} = \left( \left( 1 + P \right)^{\left( \frac{DU}{252} \right)} - 1 \right) * VP AE$$

Onde:

$P = 1\%$ ;

$DU$  = número de Dias Úteis contados a partir da data da Amortização Extraordinária até a data de vencimento da CCB; e

$VP AE$  = é valor de pagamento da amortização extraordinária facultativa, que será equivalente ao valor nominal da CCB não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da CCB proporcionais devidos e ainda não pagos até a Data de Pagamento da amortização extraordinária facultativa da CCB, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Desembolso da CCB ou da última Data de Pagamento da Remuneração (Data de Pagamento de juros imediatamente anterior), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da amortização extraordinária facultativa.

## CLÁUSULA QUINTA – GARANTIAS

5.1. Em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas serão constituídas as seguintes Garantias descritas nesta Cláusula, conforme abaixo descritas; as quais deverão permanecer válidas e exequíveis até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

5.1.1. Em decorrência do Contrato de Cessão Cyrela, as Garantias serão constituídas diretamente em favor da Cessionária, na qualidade de cessionária. Assim, no caso de não pagamento das Obrigações Garantidas, ou de qualquer obrigação pecuniária nos termos desta Cédula e dos demais Documentos da Operação, é facultado à Cessionária o direito de proceder à excussão das Garantias, conforme estabelecido e de acordo com os procedimentos previstos em seu instrumento próprio e neste instrumento, sem renúncia às garantias constituídas pela presente CCB, podendo tal garantia ser, a qualquer tempo, executada até a final e integral liquidação do débito, sendo certo que há caráter não excludente, mas cumulativo entre as Garantias e quaisquer outras eventuais garantias oferecidas pela Devedora ou por terceiros, podendo a Cessionária executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, com vistas a se ressarcir de todas e quaisquer quantias eventualmente devidas pela Devedora em decorrência de quaisquer obrigações assumidas, vencidas e não adimplidas, neste instrumento.

5.2. Alienação Fiduciária de Equipamentos. A operação contará com a garantia real representada pela alienação fiduciária sobre os Equipamentos, de propriedade da Devedora, devidamente descritos e caracterizados no Contrato de Alienação Fiduciária, em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas.

5.2.1. A Alienação Fiduciária deverá ser mantida válida e em vigor até o efetivo cumprimento das Obrigações Garantidas, sendo permitido à Devedora a posse e uso dos referidos equipamentos até eventual excussão da garantia.

5.2.2. Uma vez constituída a Alienação Fiduciária dos Equipamentos e verificada a inadimplência da Devedora com relação às Obrigações Garantidas, fica a Cessionária, respeitados os termos do Contrato de Alienação Fiduciária, autorizada a consolidar para si a propriedade fiduciária dos Equipamentos.

5.2.3. Sem prejuízo da obrigação da devida constituição e registro da Alienação Fiduciária sobre os Equipamentos, consigna-se que a Devedora, ao longo da vigência da presente CCB, poderá indicar novos equipamentos em substituição aos Equipamentos originalmente entregues em garantia, sendo certo que a aceitação de tais novos equipamentos em substituição estará restrita ao único e exclusivo critério da Cessionária.

5.3. Cessão Fiduciária. A operação contará com a garantia real representada pela cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, presentes e futuros, titulados e/ou que venham a ser titulados pela Devedora pela IOTA Empreendimentos e pela Atrium, bem como pela cessão fiduciária das Contas Vinculadas de Direitos Creditórios, em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme disposto no Contrato de Cessão Fiduciária.

5.3.1. A Cessão Fiduciária deverá ser mantida válida e em vigor até o efetivo cumprimento das Obrigações Garantidas.

5.3.2. Uma vez constituída a Cessão Fiduciária e verificada a inadimplência da Devedora com relação às Obrigações Garantidas, fica a Cessionária autorizada a consolidar para si a propriedade fiduciária dos Direitos Creditórios, sem prejuízo da eventual coleta e autoliquidação dos Direitos Creditórios para pagamento das Obrigações Garantidas, respeitados os termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

5.4. Aval. Os Avalistas comparecem e assinam a presente instrumento para anuir expressamente com as obrigações ora pactuadas e responsabilizarem-se de forma solidária, autônoma e incondicionalmente com a Devedora, em tudo o que se refere ao cumprimento das obrigações aqui assumidas, aí incluídos o Valor do Principal, Juros Remuneratórios, multas, penalidades, tributos, custas, despesas, seguros, honorários advocatícios e demais encargos, contratuais e legais, previstos nesta CCB ou na lei, renunciando desde logo e expressamente a qualquer benefício de ordem.

5.4.1. Os Avalistas se obrigam a atender, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento de notificação a ser enviada para tanto, a toda e qualquer solicitação de pagamento com referência a qualquer obrigação decorrente desta CCB.

5.4.2. Os Avalistas reconhecem que a CCB poderá ser transferida para terceiros, ocasião em que o Aval também será automaticamente transferido ao respectivo cessionário, na qualidade de credor da CCB, permanecendo válido e eficaz até o fiel e integral cumprimento das obrigações aqui assumidas.

5.4.3. Os Avalistas se comprometem a não cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar, da Devedora, o pagamento de qualquer valor por eles pagos em decorrência do Aval, seja por sub-rogação ou a qualquer outro título, enquanto todas as importâncias que forem devidas no âmbito da CCB não tenham sido integralmente pagas. Caso qualquer dos Avalistas receba quaisquer pagamentos da Devedora ou dos demais Avalistas em decorrência do Aval prestado nesta CCB e ainda haja importâncias devidas no âmbito da CCB, o Avalista em questão receberá referidos valores em caráter fiduciário e se compromete a, independentemente de qualquer notificação ou outra formalidade, transferir imediatamente para o Financiador em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, os recursos então recebidos, livres de quaisquer deduções ou retenções em decorrência de tributos, impostos ou contribuições fiscais, sociais ou parafiscais.

5.4.4. Os Avalistas desde já reconhecem que poderão ser demandados até cumprimento total e integral quitação das obrigações pactuadas nesta CCB, de forma que o presente Aval, somente extinguir-se-á automaticamente após o total e eficaz cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas.

5.5. Concursos de Credores. Resta desde já consignado que, de acordo com o artigo 49, parágrafo terceiro, da Lei 11.101, a propriedade fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Equipamentos, em razão da Cessão Fiduciária e da Alienação Fiduciária, respectivamente, não se submetem aos efeitos de eventual falência, recuperação judicial ou extrajudicial, prevalecendo, nestas hipóteses, conforme originalmente contratados, ou seja, a propriedade fiduciária dos Direitos Creditórios e dos Equipamentos permanecerá em poder do Financiador, até o cumprimento das Obrigações Garantidas, sendo certo que o credor fiduciário poderá, na forma prevista em lei, imputá-los na solução da dívida, até sua liquidação total.

5.6. Disposições Comuns às Garantias. As Partes desde já concordam que a Cessionária poderá, a seu exclusivo critério, definir a ordem de excussão das Garantias, observados os procedimentos previstos nesta CCB, sendo que a excussão das Garantias poderá ser perseguida independentemente de prévia notificação, considerando que a declaração de vencimento antecipado já terá sido devidamente comunicada à Devedora nos termos da Cláusula Sétima. A excussão de uma das Garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais. Ademais, a Devedora declara que tem ciência da multiplicidade de garantias constituídas em favor da Cessionária, de forma que a liquidação da totalidade das Garantias não ensejará em excesso de garantia. Em caso de vencimento antecipado da presente CCB, decretado após a Emissão, a ordem de excussão das Garantias determinada pela Securitizadora deverá refletir a ordem estipulada pelos titulares dos CRI, reunidos em assembleia geral.

#### **CLÁUSULA SEXTA – UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA CESSÃO FIDUCIÁRIA**

6.1. Autoliquidação. As partes acordam que todos valores eventualmente recebidos a título de Cessão Fiduciária e depositados na Conta Centralizadora, nos termos acima descritos, à exceção dos recursos oriundos dos Repasses PJ, poderão ser utilizados pelo Financiador para autoliquidação das obrigações financeiras previstas nesta CCB, de acordo com os artigos 19 e 20 da Lei 9.514, observadas, no entanto, as regras dispostas na Cláusulas 6.2. e seguintes.

6.2. Direitos Creditórios Itapoã. Os recursos oriundos dos Repasses PJ e dos Direitos Creditórios Itapoã serão integralmente depositados nas respectivas Contas Vinculadas de Direitos Creditórios. Uma vez depositados nas referidas contas, a Cessionária transferirá a totalidade desses recursos para a Conta Centralizadora, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária.

6.2.1. Os recursos equivalentes aos Direitos Creditórios Itapoã recebidos na Conta Centralizadora serão destinados ao pagamento da PMT vigente. Sem prejuízo do aqui disposto, após à quitação integral da PMT vigente, os recursos excedentes, oriundos dos Direitos Creditórios Itapoã, existentes na Conta Centralizadora deverão ser liberados à Devedora por meio da transferência para a Conta da Devedora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida quitação.

6.2.1.1. A transferência mencionada na Clausula 6.2.1. somente será realizada se o saldo devedor atualizado desta Cédula, (considerado após a realização do respectivo desembolso), seja igual ou inferior a metade do valor correspondente aos recursos oriundos dos Direitos Creditórios Itapoã deduzido o saldo devedor dos Repasses PJ. Até a que exigência aqui mencionada esteja satisfeitas, os recursos oriundos dos Repasse PF serão mantidos na Conta Centralizadora.

6.2.1.2. A transferência para a Conta da Devedora mencionada na Clausula 6.2.1. ocorrerá até 12 de fevereiro de 2022 e, a partir da referida data, a totalidade dos recursos oriundos dos Direitos Creditórios Itapoã recebidos na Conta Centralizadora serão destinados ao pagamento da PMT vigente e, na hipótese de recursos excedentes após a quitação da PMT vigente, tais

recursos serão destinados ao pagamento da PMT do mês subsequente para fins de amortização extraordinária, observado os termos desta CCB e o Fluxo de Pagamentos.

6.2.2. As Contas Vinculadas de Direitos Creditórios serão movimentadas pela Cessionária e/ou pela Securitizadora, mediante a outorga de instrumento de procuração pela Devedora e pela IOTA Empreendimentos, de acordo com as regras estabelecidas neste instrumento e no Contrato de Cessão Fiduciária, sendo certo que este deverá ser aditado na periodicidade estipulada no referido contrato para inclusão das novas Contas Vinculadas de Direitos Creditórios relativas aos novos Contratos de Financiamento CEF celebrados.

6.2.3. Os recursos oriundos dos Repasses PJ, depositados nas Contas Vinculadas de Direitos Creditórios, e posteriormente transferidos para a Conta Centralizadora, deverão ser liberados à Devedora, por meio de transferência para a respectiva Conta da Devedora, de acordo com as regras dispostas nas Cláusulas abaixo.

6.2.3.1. Uma vez atingido valor suficiente para pagamento da parcela mensal de obrigações pecuniárias assumidas pela Devedora nesta Cédula, conforme determinadas no Fluxo de Pagamentos, incluindo as parcelas de pagamento de amortização e de Remuneração, o valor que sobejar deverá ser liberado em favor da Devedora, de acordo com a Cláusula 6.2.3.3.

6.2.3.2. A liberação dos valores dispostos na Cláusula 6.2.3.1. é condicionada à apuração, pela Devedora, e validação, pelo Financiador, com fulcro no extrato bancário emitido pela CEF, da existência de saldo suficiente para pagamento da parcela mensal de obrigações pecuniárias assumidas pela Devedora nesta Cédula, as quais serão pagas tomando por base os valores devidos na Data de Pagamento do respectivo mês, ainda que quitadas de forma antecipada.

6.2.3.3. Uma vez feita a referida apuração, a Devedora deverá comunicar tal fato ao Financiador para que este, então, valide as informações e, se aplicável, libere os valores em seu favor, por meio de transferência da Conta Centralizadora para a Conta da Devedora, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação aqui mencionada, a qual deverá ser encaminhada pela Devedora ao Financiador por correio eletrônico (e-mail), e deverá estar acompanhada do extrato mencionado na Cláusula 6.2.3.2.

6.2.3.4. Ajustam as partes que a Devedora deverá comprovar, até a Data de Pagamento do mês subsequente, que os valores liberados na Conta da Devedora no mês anterior e que sejam oriundos exclusivamente dos Repasses PJ, foram efetivamente revertidos em prol do Empreendimento.

6.3. Direitos Creditórios Atrium. Na hipótese de atraso no pagamento, pela Devedora e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cédula ou nos demais Documentos da Operação, a Cessionária, na qualidade de credora da CCB Atrium, deverá transferir a totalidade dos recursos oriundos dos Direitos Creditórios Atrium para a Conta Centralizadora em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento.

6.3.1. Os recursos equivalentes aos Direitos Creditórios Atrium eventualmente depositados na Conta Centralizadora serão integralmente utilizados para o pagamento das obrigações vencidas e não pagas, observados os respectivos prazos de cura, ou para a amortização extraordinária compulsória do saldo devedor desta CCB, conforme o caso.

6.4. Administração dos Recursos. As partes desde já consignam, aceitam e ratificam que todos os direitos e prerrogativas atribuídos ao Financiador, notadamente aqueles relacionados à gestão e administração das Garantias, incluindo, mas não se limitando, à monitoria da Cessão Fiduciária, bem como como movimentação das Contas Vinculadas de Direitos Creditórios, serão atribuídos à Cessionária e à Securitizadora, ou por terceiro por elas indicado, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

## CLÁUSULA SÉTIMA – VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. A dívida contida na presente CCB poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, de acordo com os termos desta Cláusula Sétima, mediante notificação prévia com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, tornando-se imediatamente exigível o saldo do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios e de todos os encargos contratuais e legais incidentes até então, até a data do efetivo pagamento do saldo devedor, calculados de forma *pro rata die*, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado listados abaixo, os quais as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pelo Financiador nesta CCB:

- (i) ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- (ii) vencimento antecipado do(s) Contrato(s) de Financiamento CEF;
- (iii) alienação de ativos da Devedora e/ou dos Garantidores que integram as Garantias, exceto se previamente autorizado pelo Financiador;
- (iv) se a Devedora e/ou os Garantidores, conforme o caso, deixar(em) de cumprir, no seu vencimento, qualquer obrigação pecuniária prevista nos Documentos da Operação observados os respectivos prazos de cura, caso aplicável;
- (v) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária, assumida pela Devedora e/ou pelos Garantidores nesta CCB e/ou nos demais Documentos da Operação, desde que não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis corridos da comunicação do referido descumprimento por qualquer parte diretamente envolvida, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (vi) inadimplemento, pela Devedora e/ou pelos Garantidores de quaisquer contratos, instrumentos ou obrigações a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), desde que reconhecido judicialmente ou não contestado/defendido pela Devedora;
- (vii) se houver inadimplência não sanada nos prazos previstos nos respectivos instrumentos de quaisquer obrigações pecuniárias de valor individual ou cumulativo igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com relação à Devedora e/ou os Garantidores, em quaisquer operações financeiras contratadas junto a instituições financeiras ou ao mercado de capitais local ou internacional;
- (viii) se houver pedido de qualquer plano de liquidação/recuperação judicial ou extrajudicial em face da Devedora e/ou Garantidores e/ou de suas Afiliadas, não contestado, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Devedora, os Garantidores ou qualquer de suas Afiliadas, ingressar em juízo com requerimento de liquidação/recuperação judicial/extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da liquidação/recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Devedora, os Garantidores ou qualquer de suas Afiliadas, tiver sua falência decretada ou estejam sujeitas a qualquer forma de concurso de credores;
- (ix) haja protesto legítimo de títulos, contra a Devedora e/ou os Garantidores em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias a contar do referido protesto: (i) seja validamente comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado; (iii) forem prestadas garantias suficientes para cobrir o débito em juízo; ou, ainda, (iv) houver sustação do protesto;

- (x) caso contra a Devedora e/ou os Garantidores for movida qualquer ação ou execução, ou decretada qualquer medida judicial que, de alguma forma, afete as Garantias, e desde que, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, a Devedora e/ou os Garantidores não obtenham liminar para suspender os efeitos da medida judicial instituída contra ela ou não providenciem sua substituição, em igual prazo, por bem e/ou direito de igual valor, a ser aceito ao exclusivo critério do Financiador;
- (xi) caso os bens dados em garantia pelos Garantidores no âmbito da operação sejam, total ou parcialmente, gravados com quaisquer ônus e desde que, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, os Garantidores não providenciem a substituição da citada garantia no presente contrato por bem de igual valor, a ser aceito ao exclusivo critério do Financiador;
- (xii) caso (i) seja penhorado ou arrestado qualquer dos Direitos Creditórios, e a penhora ou arresto, conforme o caso, não seja liberada ou a garantia substituída por bem e/ou direito de igual valor, ao exclusivo critério do Financiador, em 10 (dez) Dias Úteis, ou (ii) seja proferida qualquer decisão administrativa ou judicial e esta não seja revertida ou contestada em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da regular citação ou intimação dos Garantidores;
- (xiii) caso (i) não ocorra o depósito dos Direitos Creditórios na conta indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, caso houver; e (ii) o depósito de quaisquer dos Direitos Creditórios não tenha sido direcionado para a conta descrita nos respectivos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tal depósito deveria ter sido realizado corretamente;
- (xiv) se por qualquer motivo, for rescindido qualquer dos Documentos da Operação sem que tenham sido completamente quitadas as Obrigações Garantidas, salvo nas hipóteses em que houver substituição da Garantia, mediante a aceitação expressa do Financiador;
- (xv) decretada qualquer medida judicial que, de alguma forma, afete, de forma parcial ou total, as Garantias constituídas no âmbito desta CCB, desde que no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis os Garantidores não obtenham liminar para suspender os efeitos da medida judicial de maneira satisfatória ao Financiador, ou não providenciem a substituição da referida Garantia por bem e/ou direito de igual valor, a ser aceito ao exclusivo critério do Financiador;
- (xvi) se for movida qualquer espécie de ação administrativa ou judicial contra a Devedora e/ou os Garantidores, que de alguma forma afete qualquer dos bens ou direitos dados em garantia aos Créditos Imobiliários, ou caso os bens ou direitos dados em garantia se tornem inúteis, inábeis ou impróprios para garantir as obrigações, ou não providenciem a substituição da citada garantia no presente contrato por bem e/ou direito de igual valor, a ser aceito ao exclusivo critério do Financiador;
- (xvii) se forem prestadas pela Devedora informações ou declarações falsas, imprecisas ou incompletas nesta CCB e que não tiverem sido sanadas, quando possível, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis;
- (xviii) realização pela Devedora ou dos Garantidores de operações fora de seu objeto social e/ou prática de qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta CCB e desde que tal inadimplemento não seja sanado pela Devedora ou pelos Garantidores no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, a contar do recebimento pela Devedora de notificação neste sentido;
- (xix) se houver a deterioração ou perecimento, total ou parcial, de qualquer das Garantias, nos termos e prazos estabelecidos nos respectivos instrumentos que formalizam a constituição das Garantias e desde que, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, os Garantidores não providenciem a substituição da garantia afetada por bem e/ou direito de igual valor, ao exclusivo critério do Financiador;

- (xx) caso o Contrato de Cessão Fiduciária e/ou o Contrato de Alienação Fiduciária não seja(m) devidamente registrado(s) perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos prazos previstos nos respectivos instrumentos;
- (xxi) caso os recursos dessa CCB não sejam destinados pela Devedora ao Empreendimento Destinatário, conforme previsto na Cláusula Segunda deste instrumento;
- (xxii) realizar alteração na composição societária que resulte: (i) na perda, transferência ou alienação de controle societário; ou (ii) na impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento e nos demais Documentos da Operação; e
- (i) caso, sem a apresentação de justificativas aceitas pelo Financiador, o seguinte índice cobertura estabelecido para cada um dos projetos que compõem o Empreendimento Destinatário, o qual deverá ser calculado conforme a fórmula indicada abaixo, fique abaixo de 110% (cento e dez inteiros de por cento):

$$IC = \frac{\text{Receita Total}}{\text{Custos e Despesas Totais}}$$

Onde:

*Receita Total* = todos os recebimentos referentes à prestação de serviços constante dos contratos de construção do Empreendimento Destinatário; e

*Custos e Despesas Totais* = Somatória dos valores dos custos e das despesas incorridos e a incorrer pela Devedora em razão do cumprimento dos contratos de construção e demais obrigações da Devedora para o desenvolvimento do Empreendimento Destinatário.

7.1.1. A Devedora se obriga a comunicar imediatamente ao Financiador, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado.

7.1.2. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, observados os prazos de cura, se houver, o Financiador, deverá comunicar a Devedora a respeito de sua decisão nos termos da Cláusula 7.1, sendo certo que, na hipótese de constatação de Evento de Vencimento Antecipado após a Emissão, deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário e/ou pelo Financiador, conforme estabelecido no Termo de Securitização, assembleia geral dos titulares dos CRI para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado desta CCB, sendo certo que as regras e quóruns para convocação e instalação da referida assembleia, bem como para deliberação dos titulares dos CRI estão descritas no Termo de Securitização.

7.1.3. O Financiador continuará tendo direito ao recebimento dos Créditos Imobiliários, enquanto não pago o saldo devedor atualizado desta CCB e demais obrigações porventura devidas, pela Devedora.

7.2. O Financiador poderá verificar o teor das declarações prestadas acima pela Devedora, por meio de solicitação de declaração deste, que deverá ser enviada, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento de solicitação feita nesse sentido pelo Financiador.

7.3. Em caso de declaração de vencimento antecipado das obrigações desta CCB, e tendo ocorrido a liberação à Devedora dos recursos oriundos desta CCB, a Devedora deverá pagar ao Financiador o saldo devedor atualizado, acrescido da Remuneração, bem como de eventuais penalidades, juros, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste instrumento desta CCB e demais obrigações porventura devidas, no prazo de 10 (dez) Dia Úteis a contar da notificação neste sentido encaminhada pelo Financiador.

7.3.1. Eventual atraso no pagamento do saldo devedor atualizado previsto na Cláusula 7.3, sujeitará a Devedora ao pagamento dos respectivos encargos moratórios previstos neste instrumento.

7.4. A Devedora desde já se obriga a encaminhar, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação e/ou documentação necessária para o acompanhamento dos Eventos de Vencimento Antecipado pelo Financiador.

#### **CLÁUSULA OITAVA – TRIBUTOS**

8.1. Os tributos, presentes e futuros, exigidos por força deste instrumento serão suportados e pagos pela parte que, segundo a legislação aplicável, for por eles responsável.

8.2. Em razão de a finalidade do presente instrumento consistir no financiamento de empreendimentos habitacionais, esta operação é isenta de IOF, de acordo com a legislação em vigor, especificamente nos termos do inciso I do artigo 9º do Decreto nº 6.306.

8.3. Sem prejuízo do disposto acima e, ainda, considerando a qualidade de contribuinte da relação jurídico-tributária decorrente do IOF, a Devedora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a arcar integralmente com quaisquer valores de principal, multa ou encargos relativos à exigência do IOF, pela União Federal, que tenha como fato gerador o financiamento formalizado pelo presente instrumento, devendo a Devedora ressarcir o Financiador de todos e quaisquer custos, emolumentos e despesas, inclusive honorários de assessoria legal eventualmente contratados para a defesa, judicial ou administrativa, dos interesses do Financiador decorrentes da cobrança do IOF acima mencionada, observado ainda que a Devedora compromete-se a depositar em favor do Financiador os valores que lhe venham a ser cobrados referentes ao IOF decorrentes do Financiamento Imobiliário objeto deste instrumento.

8.4. A Devedora obriga-se a exibir ao Financiador no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sempre que por qualquer deles razoavelmente solicitado, os respectivos comprovantes de pagamento de quaisquer tributos federais, estaduais ou municipais, contribuições sociais ou parafiscais incidentes, ou que venham a incidir sobre as suas atividades.

#### **CLÁUSULA NONA – DESPESAS**

9.1. Despesas. As despesas a seguir listadas existem única e exclusivamente por ocasião da realização da Operação, para atender às necessidades da Devedora e, portanto, serão pagas pela Devedora e/ou reembolsadas pela Devedora:

- (i) averbações, prenotações e registros em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Junta Comercial relativa aos Documentos da Operação, quando for o caso, bem com as despesas relativas às eventuais averbações, prenotações e registros decorrentes da necessidade de alterações e ou aditivos aos Documentos da Operação
- (ii) honorários, despesas e custos de terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais relacionados com procedimentos legais incorridos para resguardar os interesses dos titulares dos CRI, na defesa de eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais propostos contra o Patrimônio Separado dos CRI, e que decorram de inadimplemento ou descumprimento contratual por parte da Devedora, ou, ainda, realização do referido Patrimônio Separado;
- (iii) eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ajuizadas com a finalidade de resguardar os interesses do Financiador e dos titulares dos CRI em virtude de eventual descumprimento contratual por parte da Devedora, conforme aplicável, bem como a realização dos créditos do Patrimônio separado dos CRI;
- (iv) honorários e despesas incorridas na contratação de serviços para procedimentos extraordinários

especificamente previstos nos Documentos da Operação e que sejam necessários em consequência de eventual inadimplemento da Devedora;

- (v) despesas de registro, averbação ou arquivamento de quaisquer dos Documentos da Operação nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, que venham a ser arcados diretamente pelo Financiador;
- (vi) todas as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário e devidamente comprovadas que sejam necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares dos CRI ou para realização dos seus créditos, por fato imputado à Devedora em razão de sua eventual inadimplência ou descumprimento contratual, a serem pagas no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da apresentação de cobrança pelo Agente Fiduciário nesse sentido;
- (vii) custos relacionados à convocação e à realização de assembleias dos titulares dos CRI realizadas em decorrência de inadimplemento ou descumprimento contratual comprovadamente imputado à Devedora, a serem pagas no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da apresentação de cobrança pelo Agente Fiduciário nesse sentido;
- (viii) eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais relativas aos Documentos da Operação, ocorridas em razão da inadimplência ou de descumprimento contratual por parte da Devedora, quando for a parte perdedora e/ou caso tenha dado causa à ação que resultou em eventuais despesas, depósitos e custas judiciais; e
- (ix) eventuais despesas com terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais relacionados com procedimentos legais incorridos para resguardar os interesses do Financiador, dos titulares dos CRI e realização dos Créditos Imobiliários, em decorrência de inadimplemento ou descumprimento contratual comprovadamente imputado à Devedora.

9.2. Reembolso de Despesas. O Financiador poderá pagar ou adiantar quaisquer das despesas referidas na Cláusula 9.1., e a Devedora, se obriga, desde já, a reembolsar o Financiador mediante devida comprovação do pagamento da despesa mencionada, com o envio do respectivo documento de comprovação do pagamento dando quitação à Devedora.

9.2.1. O não reembolso das despesas, nos termos da Cláusula 9.2., em até 5 (cinco) Dias Úteis corridos a contar do recebimento de comunicação e recebimento do comprovante de pagamento/quitação enviado pelo Financiador à Devedora, nesse sentido, ensejará a incidência dos encargos moratórios previstos neste instrumento.

## CLÁUSULA DÉCIMA – ENCARGOS MORATÓRIOS

10.1. Encargos Moratórios. Na hipótese de mora no pagamento de quaisquer obrigações assumidas pela Devedora nesta CCB, será devido pela Devedora, de forma imediata e independente de qualquer notificação, o saldo devedor total vencido e não pago, incluindo principal, juros e demais encargos, na forma prevista nesta CCB, pelo período que decorrer da data da mora até a efetiva liquidação da dívida da seguinte forma:

- (i) multa equivalente a 2% (dois por cento) sobre o saldo total vencido e não pago, acrescido dos encargos calculados nos itens (b) e (c); abaixo;
- (ii) juros moratórios equivalentes a 1% (um por cento) ao mês, ou fração, incidente sobre o valor em atraso; e
- (iii) reembolso de quaisquer despesas comprovadamente incorridas pelo Financiador na cobrança do crédito.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES

11.1. Declarações da Devedora e dos Garantidores. A Devedora e os Garantidores, declaram e garantem, conforme aplicável, que:

- (i) é sociedade devidamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor;
- (ii) possui plena capacidade e legitimidade para celebrar o presente instrumento, realizar todas as operações aqui previstas e cumprir todas as obrigações aqui assumidas, tendo tomado todas as medidas de natureza societária e outras eventualmente necessárias para autorizar a sua celebração, implementar todas as operações nele previstas e cumprir todas as obrigações nele assumidas;
- (iii) este instrumento é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida, vinculante e exequível, de acordo com os seus termos;
- (iv) a celebração desta CCB e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretarão, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de qualquer: (a) contrato ou negócio jurídico de que sejam parte, ou a que estejam vinculadas, a Cessionária, a Securitizadora e suas Partes Relacionadas, ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (b) norma a que quaisquer das pessoas do item anterior, ou seus bens e direitos, estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, dirigida ou que afete qualquer das pessoas da alínea (a), acima, ou qualquer bem e direito de sua propriedade;
- (v) está apto a cumprir as obrigações previstas neste instrumento e agirá em relação a ele com boa-fé, lealdade e probidade;
- (vi) não depende economicamente do Financiador, da Cessionária ou da Securitizadora;
- (vii) não se encontra em estado de necessidade ou sob coação para celebrar o presente instrumento e/ou quaisquer outros contratos, instrumentos ou documentos relacionados, tampouco tem urgência em celebrá-los;
- (viii) as discussões sobre o objeto deste instrumento foram feitas, conduzidas e implementadas por sua livre iniciativa;
- (ix) foi informado e avisado de todos os termos, condições e circunstâncias envolvidos na negociação objeto deste instrumento que poderiam influenciar a capacidade de expressar a sua vontade, bem como assistida por advogados durante toda a referida negociação;
- (x) os Direitos Creditórios encontram-se, na presente data, livres e desembaraçados de todos e quaisquer Ônus, limitações ou restrições, judiciais ou extrajudiciais, penhor, encargos, disputas, litígios ou outras pretensões de qualquer natureza;
- (xi) os recursos obtidos pela Devedora por meio desta Cédula, quando somados aos financiamentos adicionais, caso existam, não ultrapassam o montante de recursos financeiros necessários e suficientes para o custeio das obras inerentes à conclusão do Empreendimento Destinatário;
- (xii) não tem conhecimento de aforamento, tanto em âmbito municipal quanto federal, relacionado ao Empreendimento Destinatário;

- (xiii) o Empreendimento Destinatário está em fase de construção e está devidamente licenciado e as construções neles erigidas estão sendo realizadas de acordo com todas as normas regulamentares e regras aplicáveis, seguindo estritamente os respectivos projetos aprovados pelo Governo do Distrito Federal e os alvarás emitidos em autorização à realização de tais construções;
- (xiv) estão sendo praticados todos os atos necessários à realização da construção do Empreendimento Destinatário de forma regular, assim como estão sendo pagos tempestivamente todos os tributos e contribuições devidas, de forma que na conclusão das obras de construções, todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ao perfeito funcionamento e habitação de cada um dos projetos que compõem o Empreendimento Destinatário (tais como, "Habite-se", "AVCB", CND/INSS, Alvarás de Funcionamento, entre outros) deverão ser emitidos;
- (xv) apresentou para o Financiador todos os contratos firmados pela Devedora, pelos Garantidores, e/ou aqueles firmados pela sua controladora ou controladas ou, ainda, Afiliadas, que onerem quaisquer ativos envolvidos nas Garantias, bem como declara que não há mais nenhuma obrigação fora das representadas pelos referidos instrumentos;
- (xvi) não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado;
- (xvii) não tem conhecimento da existência de ações ou processos em curso junto a qualquer juízo, tribunal, entidade governamental, órgão ou árbitro que possam afetar a legalidade, validade, com exceção daquelas eventualmente apontadas no processo de due diligence, exequibilidade do presente instrumento ou a capacidade da Devedora e/ou de qualquer dos Garantidores de cumprir as obrigações assumidas consoante este instrumento;
- (xviii) garantirá ao Financiador, ou a qualquer terceiro por ele indicado, a partir da data de celebração deste instrumento, amplo e irrestrito acesso a toda e qualquer informação contábil e/ou financeira relativa ao Empreendimento Destinatário;
- (xix) até a presente data, e no melhor de seu conhecimento, o Empreendimento Destinatário atende à legislação ambiental, sendo que não tem conhecimento da existência de substâncias perigosas presentes nos, ou sob o Empreendimento Destinatário, e que não tem conhecimento de que nenhuma parte do Empreendimento Destinatário foi utilizada para o descarte, armazenamento estoque, manipulação, tratamento ou utilização de substâncias perigosas;
- (xx) não tem conhecimento sobre a existência de restrições urbanísticas, ambientais, sanitárias, de acesso ou segurança relacionadas ao Empreendimento Destinatário;
- (xxi) não tem conhecimento de inadequação das construções dos projetos que compõem o Empreendimento Destinatário às respectivas normas de uso e ocupação do solo e de qualquer ressalva em relação à legislação pertinente, inclusive ambiental;
- (xxii) não tem conhecimento de reclamações ambientais, incluindo, mas não se limitando a notificações, procedimentos administrativos, regulatórios ou judiciais que tenham por objeto o Empreendimento Destinatário;
- (xxiii) na hipótese de virem a existir eventuais reclamações ambientais ou questões ambientais relacionadas ao Empreendimento Destinatário, a Devedora, responsabilizar-se-á integralmente pelos custos de investigação, custos de limpeza, honorários de consultores, custos de resposta, ressarcimento dos danos aos recursos naturais (inclusive áreas alagadas, vida selvagem, espécies aquáticas e terrestres e vegetação), lesões pessoais, multas ou penalidades ou quaisquer outros danos decorrentes de qualquer outra questão ambiental;

- (xxiv) o Empreendimento Destinatário está livre de materiais perigosos, assim entendidos os materiais explosivos ou radioativos, dejetos perigosos, substâncias tóxicas e perigosas, materiais afins, asbestos, amianto, materiais contendo asbestos ou qualquer outra substância ou material considerado perigoso pelas leis brasileiras;
- (xxv) não tem conhecimento da existência de qualquer pendência ou exigência de adequação suscitada por autoridade governamental, com exceção daquelas eventualmente apontadas no processo de *due diligence*, referente ao Empreendimento Destinatário, e a Devedora não tem conhecimento de que uma exigência com tal natureza esteja na iminência de ser feita;
- (xxvi) não tem conhecimento da existência de quaisquer multas administrativas, relacionadas ao Empreendimento Destinatário;
- (xxvii) tendo em vista que os recursos obtidos pela Devedora por meio desta Cédula e de eventuais financiamentos anteriores poderão não ser suficientes para o custeio da totalidade das obras do Empreendimento Destinatário, caso a Devedora e/ou suas subsidiárias venham a obter financiamentos adicionais para o custeio do restante das obras relacionadas ao Empreendimento Destinatário e não cobertos pelos recursos obtidos por meio desta Cédula, a Devedora limitará o valor global de tais financiamentos adicionais ao volume de recursos financeiros que sejam necessários e suficientes ao pagamento dos custos restantes inerentes à conclusão do Empreendimento Destinatário;
- (xxviii) o presente Financiamento Imobiliário não representa nem gera a extrapolação do limite mencionado no item (xxvii), acima;
- (xxix) obteve todas as autorizações necessárias para celebração dos Documentos da Operação e para implementação das regras estipuladas nos referidos documentos, incluindo, mas não apenas, a ciência da CEF para que os recursos envolvidos na Cessão Fiduciária sejam movimentados e utilizados de acordo com as regras estipuladas nos respectivos Documentos da Operação; e
- (xxx) em relação à Devedora, suas respectivas Afiliadas, os Garantidores e seus respectivos Representantes: (a) não utilizar recursos para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (b) não fazer qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) não realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como não aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político), a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) não praticar quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (e) não realizar qualquer pagamento ou ação que viole qualquer Legislação Anticorrupção; (f) não realizar um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como não influenciou nem influenciará o pagamento de qualquer valor indevido; e (g) cumprir em todos os aspectos a Legislação Anticorrupção, a Lei 9.613 e a legislação socioambiental.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

12.1. Os Garantidores declaram e garantem que cumprem e fazem seus Representantes, cumprirem as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma

da Legislação Anticorrupção, sem prejuízo das demais legislações anticorrupção, na medida em que: (i) se comprometem a adotar um programa de integridade, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, visando garantir o fiel cumprimento das leis indicadas anteriormente; (ii) conhecem e entendem as disposições das leis anticorrupção dos países em que fazem negócios, bem como não adotam quaisquer condutas que infrinjam as leis anticorrupção desses países, sendo certo que executam as suas atividades em conformidade com essas leis; (iii) seus Representantes, no melhor do seu conhecimento, não foram condenados por decisão administrativa definitiva ou judicial transitada em julgado em razão da prática de atos ilícitos previstos nos normativos indicados anteriormente, bem como nunca incorreram em tais práticas; (iv) adotam as diligências apropriadas, de acordo com as políticas dos Garantidores, para contratação e supervisão, conforme o caso e quando necessário, de terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviço, de forma a instruir que estes não pratiquem qualquer conduta relacionada à violação dos normativos referidos anteriormente; (v) caso tenham conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicarão imediatamente o Financiador; (vi) deixam claro em todas as suas transações, especialmente contratação de terceiros, que é necessário o cumprimento às obrigações anticorrupção; e (vii) monitora seus colaboradores, agentes e pessoas ou entidades que estejam agindo por sua conta ou em nome do Financiador para garantir o cumprimento das obrigações anticorrupção.

12.2. Até a presente data, tanto os Garantidores quanto os Representantes não incorreram, e têm ciência de que não podem incorrer, nas seguintes hipóteses: (i) ter utilizado ou utilizar recursos dos Garantidores para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) fazer ou ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a terceiros, sejam empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, seus familiares, nacionais ou estrangeiros; (iii) ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer terceiro relacionado ao governo, incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo, de entidade de propriedade, de controlada por um governo, de organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político, a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) praticar ou ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) ter realizado ou realizar qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole qualquer lei anticorrupção; e/ou (vi) ter realizado ou realizar um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado ou autorizado o pagamento de qualquer valor indevido.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações. Todos os avisos, notificações ou comunicações que, de acordo com o presente instrumento, devam ser feitos por escrito serão considerados válidos mediante o envio de mensagem eletrônica enviada através da rede mundial de computadores – internet – ou carta registrada com aviso de recebimento, remetidos aos endereços abaixo, ou a qualquer outro endereço posteriormente comunicado, por escrito, pela destinatária a outra parte.

#### **COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP**

Av. Cristóvão Colombo, nº 2955, cj. 501, Floresta,  
Porto Alegre, RS,  
CEP 90.560-002,  
At.: Sr. Luis Felipe C. Carchedi  
Telefone: (51) 3515-6201  
E-mail: operacional@chphipotecaria.com.br

#### **JOSÉ CELSO GONTIJO ENGENHARIA S.A.**

Q SHCS EQS 114/115, nº 41, conjunto A, bloco 1, salas 10 a 16 / 28 a 34, Centro Comercial Casa Blanca

Asa Sul, Brasília/DF  
CEP 70377-400  
At.: Carlos Eduardo Quilici Gurgulino de Souza  
Telefone: (61) 3345-9000  
E-mail: juridico@jcgontijo.com.br

**ANA MARIA BAETA VALADARES GONTIJO**  
**JOSÉ CELSO VALADARES GONTIJO**  
SHIS QI 5, Chácara 42  
Setor de Habitações Individuais Sul, Brasília/DF  
CEP 71600-560  
At.: José Celso Valadares Gontijo  
Telefone: (61) 3345-9000  
E-mail: juridico@jcgontijo.com.br

**ATRIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**  
Q SHCS EQS 114/115, nº 41, conjunto A, bloco 1, sala 17  
Asa Sul, Brasília/DF  
CEP 70377-400  
At.: Carlos Eduardo Quilici Gurgulino de Souza  
Telefone: (61) 3345-9000  
E-mail: juridico@jcgontijo.com.br

13.1.1. As Partes obrigam-se a manter uma a outra informada, mediante comunicação escrita, sobre qualquer alteração de endereço, telefone e outros dados referentes à sua localização. Não havendo informação atualizada, todas as correspondências remetidas às Partes, bem como aos seus eventuais sucessores, conforme o caso, ao endereço existente nos seus registros serão, para todos os efeitos legais, consideradas recebidas.

13.1.2. Em caso de cessão dos Créditos Imobiliários, o endereço de comunicação do cessionário, na qualidade de novo "Financiador", será aquele disposto no respectivo instrumento de cessão. Dessa forma, o endereço para comunicações endereçadas ao respectivo credor desta Cédula, após a cessão dos Créditos Imobiliários, será aquele disposto no respectivo instrumento de cessão.

13.2. Substituição dos Acordos Anteriores. Este instrumento substitui todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes para os mesmos fins, bem como os entendimentos orais mantidos entre elas, anteriores à presente data.

13.3. Sucessão. O presente instrumento vincula as respectivas Partes, seus (promissários) cessionários autorizados e/ou sucessores a qualquer título, respondendo a Parte que descumprir qualquer de suas Cláusulas, termos ou condições pelos prejuízos, perdas e danos a que der causa, na forma da legislação aplicável.

13.4. Negócio Jurídico Complexo. As Partes declaram que o presente instrumento integra um conjunto de negociações de interesses recíprocos, envolvendo a celebração, além deste instrumento, dos demais Documentos da Operação, razão por que nenhum desses documentos deverá ser interpretado e/ou analisado isoladamente.

13.4.1. Os direitos, recursos, poderes e prerrogativas estipulados neste instrumento são cumulativos e não exclusivos de quaisquer outros direitos, poderes ou recursos estipulados pela lei. O presente instrumento é firmado sem prejuízo de outras garantias formalizadas para garantir o cumprimento das Obrigações Garantidas.

13.4.2. As Garantias serão parte integrante e inseparável das Obrigações Garantidas, declarando as Partes ter integral conhecimento e plena concordância com as obrigações por meio delas pactuadas. Quaisquer aditamentos às Obrigações Garantidas, desde que firmados por escrito, aplicar-se-ão a todas as Garantias.

13.5. Ausência de Renúncia de Direitos. Os direitos de cada Parte previstos neste instrumento (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente excluídos; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. A tolerância por qualquer das Partes quanto a alguma demora, atraso ou omissão das outras no cumprimento das obrigações ajustadas neste instrumento, ou a não aplicação, na ocasião oportuna, das cominações aqui constantes, não acarretarão o cancelamento das penalidades, nem dos poderes ora conferidos, e tampouco não implicará novação ou modificação de quaisquer disposições deste instrumento, as quais permanecerão íntegras e em pleno vigor, como se nenhum favor houvesse ocorrido, podendo ser aplicadas aquelas e exercidos estes, a qualquer tempo, caso permaneçam as causas. O disposto aqui prevalecerá ainda que a tolerância ou a não aplicação das cominações ocorram repetidas vezes, consecutiva ou alternadamente.

13.6. Nulidade, Invalidade ou Ineficácia e Divisibilidade. Se uma ou mais disposições aqui contidas forem consideradas inválidas, ilegais ou inexecutáveis em qualquer aspecto das leis aplicáveis, a validade, legalidade e exequibilidade das demais disposições não serão afetadas ou prejudicadas a qualquer título, as quais serão integralmente cumpridas, obrigando-se as respectivas Partes a emendar os seus melhores esforços para, validamente, obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido nulificada/anulada, invalidada ou declarada ineficaz.

13.7. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. Este instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

13.8. Regras de Interpretação. O presente instrumento deve ser lido e interpretado de acordo com as seguintes determinações: (i) sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste instrumento aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa; (ii) as expressões "deste instrumento", "neste instrumento" e "conforme previsto neste instrumento" e palavras de significado semelhante quando empregadas neste instrumento, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a este documento como um todo e não a uma disposição específica dele; (iii) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste instrumento, referências a Cláusula, sub-cláusula, item, alínea, adendo e/ou anexo, são referências a Cláusula, sub-cláusula, item, alínea adendo e/ou anexo deste instrumento; (iv) todos os termos aqui definidos terão as definições a eles atribuídas neste instrumento quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos aqui previstos; (v) os cabeçalhos e títulos deste instrumento servem apenas para conveniência de referência e não limitarão ou afetarão o significado dos dispositivos aos quais se aplicam; (v) os termos "inclusive", "incluindo", "particularmente" e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo "exemplificativamente"; (vi) referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diferente; (vii) referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas; (viii) todas as referências a quaisquer Partes incluem seus sucessores, representantes e cessionários devidamente autorizados; e (ix) adicionalmente, as palavras e as expressões eventualmente sem definição neste instrumento e nos Documentos da Operação, deverão ser compreendidas e interpretadas, com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

13.9. Aditamentos. Qualquer alteração ao presente instrumento somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada pelas Partes, independentemente de qualquer autorização prévia.

13.9.1. Para os fins deste instrumento, todas as decisões a serem tomadas pela Securitizadora, após a Emissão, dependerão da manifestação prévia dos titulares dos CRI, reunidos em assembleia geral, salvo se disposto de modo diverso, conforme previsto nos Documentos da Operação, respeitadas as disposições de convocação, quórum e outras previstas no Termo de Securitização.

13.9.2. Sem prejuízo do acima disposto, as Partes desde já concordam em realizar eventuais aditamentos a este instrumento e aos demais Documentos da Operação, eventualmente necessários à Emissão dos CRI, sempre quando tais alterações não afetem, negativamente, as condições econômicas e financeiras assumidas pela Devedora nesta Operação.

13.9.3. Uma vez realizada qualquer cessão dos Créditos Imobiliários, a assinatura do respectivo cedente (incluindo, mas não apenas a CHP), não será mais exigida para realização de alterações aos termos e condições deste instrumento ou de qualquer outro Documento da Operação, conforme aplicável, de forma que serão considerados como válidos os aditamentos celebrados apenas pelo respectivo cessionário, na qualidade de novo "Financiador", e pela Devedora, desde que tais alterações não afetem ou venham a afetar o respectivo cedente (incluindo, mas não apenas a CHP), principalmente, com relação à incidência ou aumento do IOF.

13.9.4. As Partes concordam que, após a celebração do Contrato de Cessão BRCS, o presente instrumento poderá ser alterado, sem a necessidade de qualquer aprovação dos titulares dos CRI, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA e/ou demais reguladores; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro ou de digitação; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os titulares dos CRI, desde que, em qualquer caso acima, tal alteração não represente prejuízo, custo ou despesa adicional aos titulares dos CRI.

13.10. Anexos. Os Anexos a este instrumento são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre este instrumento e seus Anexos prevalecerão as disposições deste instrumento, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e indissociabilidade das disposições deste instrumento e dos seus Anexos, que deverão ser interpretadas de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

13.11. Vigência. Este instrumento permanecerá válido até que as Obrigações Garantidas tenham sido pagas e cumpridas integralmente.

13.12. Quitação. Com a efetiva liquidação integral das Obrigações Garantidas, as Partes se comprometem a fornecer declaração expressa de liquidação e quitação das Obrigações Garantidas para todos os fins de direito, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de liquidação integral das Obrigações Garantidas.

13.13. Cessão. As Partes desde já reconhecem que o Financiador poderá ceder à um terceiro seus direitos e obrigações estipulados neste instrumento e nas Garantias, sendo certo que, nessa hipótese, o eventual cessionário passará a ser credor dos Créditos Imobiliários, bem como titular de todos os direitos e obrigações, garantias, principais e acessórios, atribuídos ao Financiador. Com a cessão dos Créditos Imobiliários, incluindo todos os direitos, ações e obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, as Partes reconhecem que o termo "Financiador", no âmbito do presente instrumento, e o termo "Fiduciária", no âmbito das Garantias, passarão a designar exclusivamente o respectivo cessionário, para todos os fins e efeitos deste instrumento. Em razão do aqui disposto, o financiador qualificado na Seção I – "Partes" do Quadro Resumo não assumirá qualquer coobrigação quando da cessão ou eventual endosso da presente Cédula, inclusive em relação a cessões ou endossos posteriores, e, ainda, não se responsabilizará pela adimplência ou solvência da Devedora, em qualquer hipótese.

13.13.1. As Partes desde já concordam que a cessão dos Créditos Imobiliários a terceiros, bem como de seus direitos e obrigações estipulados no presente instrumento, poderá ser realizada sem necessidade de qualquer notificação à Devedora e/ou a qualquer dos Garantidores, sendo certo que, nessa hipótese, o eventual cessionário passará a ser credor dos Créditos Imobiliários, bem como titular de todos os direitos e obrigações, principais e acessórios, atribuídos ao Financiador na presente CCB e demais Documentos da Operação, inclusive (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas e/ou demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do respectivo devedor, para exigir o cumprimento da obrigação de pagamento, ou visando resguardar qualquer direito; (iii) as garantias eventualmente existentes, sejam reais ou pessoais, sendo certo que, na hipótese de securitização, as referidas garantias serão vinculadas, também, ao respectivo título, valor mobiliário e/ou instrumento de securitização, em benefício dos respectivos investidores; (iv) o direito de declarar o direito de crédito vencido antecipadamente, nas hipóteses contratadas com a Devedora e naquelas previstas na legislação aplicável e (v) todos os demais direitos e obrigações atribuídos ao Financiador neste instrumento.

13.13.2. A Devedora e os Garantidores não poderão ceder, gravar, transigir ou de qualquer forma transferir, no todo ou em parte, quaisquer de seus direitos, deveres e obrigações assumidos neste instrumento, salvo com a anuência expressa e por escrito do Financiador.

13.14. Anuência da Devedora. A Devedora, na qualidade de emissora da CCB e devedora dos Créditos Imobiliários e os Garantidores: (i) declaram-se cientes das cessões aqui previstas, concordando plenamente com os termos e condições aqui previstos, bem como as disposições da Cláusula 13.13, nada tendo a opor e anuindo expressamente com a cessão da totalidade dos Créditos Imobiliários à Cessionária, por meio do Contrato de Cessão Cyrela, e posteriormente à Securitizadora, por meio do Contrato de Cessão BRCS, nos termos do artigo 290 do Código Civil; (ii) obriga-se, a Devedora, a efetuar o pagamento dos valores devidos sob e de acordo com a CCB, na Conta Centralizadora, cujos dados serão oportunamente informados pela Securitizadora após a celebração do Contrato de Cessão BRCS; e (iii) entendem que as cessões estão inseridas no contexto de operação estruturada do mercado de capitais e, nesse sentido, a manutenção da existência, validade e eficácia da CCB, de acordo com os seus termos e condições, é condição essencial da Operação, sendo que a pontual liquidação, pela Securitizadora, das obrigações a serem assumidas perante os titulares dos CRI encontrar-se-ão vinculadas ao cumprimento, pela Devedora e/ou pelos Garantidores, de todas as suas respectivas obrigações assumidas na CCB e nos demais Documentos da Operação.

13.15. Confidencialidade. As Partes, por si, seus empregados e prepostos, sob as penas da lei, manterão o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer informações ou documentos objeto desta Operação, exceto as informações: (i) de domínio público; (ii) as que já eram do conhecimento da Parte receptora; e (iii) as informações cuja revelação seja autorizada, por escrito, prévia e expressamente, pela Parte de que haja provindo; ou (iii) as que por determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, devam ser reveladas. A inobservância do disposto nesta Cláusula acarretará sanções legais respondendo a Parte infratora e quem mais tiver dado causa à violação, no âmbito civil e criminal, salvo quando a divulgação for imposta por lei, por ordem judicial ou por autoridade fiscalizadora ou se fizer necessária para a elaboração de algum relatório ou processo diretamente relacionado ao escopo dos serviços prestados.

13.16. Título Executivo. Este instrumento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada, e as obrigações nele encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes do referido dispositivo legal.

13.17. Execução Específica. O Financiador poderá, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela Devedora, conforme o disposto nos artigos 536 a 538, e 815 do Código de Processo Civil.

13.18. Certeza e Liquidez. A Devedora reconhece a certeza e a liquidez do total da dívida objeto deste instrumento, compreendendo o Valor do Principal, acrescido da Atualização Monetária e da Remuneração,

despesas, penalidades e demais encargos aqui definidos. Reconhece também que este instrumento constitui um título executivo extrajudicial nos termos da lei.

13.18.1. A Devedora reconhece, desde já, como prova do saldo devedor das Obrigações Garantidas e da efetiva liberação e utilização do crédito, o(s) comprovante(s) de pagamento ou de transferência eletrônica, disponibilizados pelo Financiador à Devedora na Conta da Devedora, e as planilhas de cálculo demonstrativas de seu saldo devedor, evidenciando o valor principal da dívida, os encargos e despesas devidas. Referidas planilhas de cálculos integrarão o presente instrumento para todos os fins e efeitos legais e a Devedora concorda, desde já, em reconhecer tais planilhas de cálculos como prova de seu saldo devedor, assim como os valores delas constantes, apurados de acordo com este instrumento, como líquidos, certos e exigíveis, para todos os efeitos legais, salvo erro manifesto.

13.19. Proteção ao Crédito. Fica o Financiador expressamente autorizado a incluir, consultar e divulgar as informações da Devedora e dos Garantidores junto ao Sistema Central de Risco de Crédito do Banco Central do Brasil, em estrita conformidade e limitado aos termos da Resolução CMN nº 2.724, e/ou de outros normativos do Banco Central do Brasil aplicáveis.

13.19.1. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação da Devedora, fica o Financiador expressamente autorizado a consultar, incluir e ou divulgar as informações desta junto ao SERASA, ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) ou a qualquer outro órgão que tenha por função o cadastro de atraso no pagamento e descumprimento de obrigação, sem prejuízo da responsabilidade do Financiador por perdas e danos sofridos pela Devedora, como consequência da consulta, inclusão e/ou divulgação indevida.

13.19.2. Após a liquidação da dívida que tenha originado a inscrição do nome da Devedora nos órgãos de proteção de crédito, caberá única e exclusivamente ao Financiador proceder à exclusão dos respectivos registros e cadastros de devedores.

13.20. Ouvidoria. Para atendimento de eventuais reclamações e/ou sugestões decorrentes exclusivamente do empréstimo ora contratado ou para solução de eventuais conflitos relacionados a este instrumento, o Financiador coloca à disposição da Devedora o telefone de sua Ouvidoria: 0800 730 6200, disponível em Dias Úteis, das 11hs às 17hs.

13.21. Legislação Aplicável. Esta CCB será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

13.22. Foro. As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios originários desta CCB, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Esta CCB é emitida em número de vias indicada no item 19 da Seção II – “Características da Operação”, sendo somente a primeira delas negociável.

Declaramos para os devidos fins que todas as cláusulas e condições desta CCB foram previamente lidas, entendidas e aceitas em todos os seus termos.

47/62

**FLUXO DE PAGAMENTOS Juros e Amortização**

Eventos	Juros	Amortização	% Amortização
20/06/2021	Sim	Sim	2,39%
20/07/2021	Sim	Sim	2,45%
20/08/2021	Sim	Sim	2,51%
20/09/2021	Sim	Sim	2,58%
20/10/2021	Sim	Sim	2,65%
20/11/2021	Sim	Sim	2,72%
20/12/2021	Sim	Sim	2,79%
20/01/2022	Sim	Sim	2,87%
20/02/2022	Sim	Sim	2,96%
20/03/2022	Sim	Sim	3,05%
20/04/2022	Sim	Sim	3,15%
20/05/2022	Sim	Sim	3,25%
20/06/2022	Sim	Sim	3,36%
20/07/2022	Sim	Sim	3,47%
20/08/2022	Sim	Sim	3,60%
20/09/2022	Sim	Sim	3,73%
20/10/2022	Sim	Sim	100,00%

## DESPESAS OBJETO DE REEMBOLSO

Detalhamento das despesas	Identificação dos Valores (R\$)	Data das Despesas	Número da Nota Fiscal
A D ENTULHOS	2.240,00	05/06/2019	1049
ALESOL	8.500,00	29/05/2019	581
ARCELORMITTAL BRASIL SA	41.657,30	21/06/2019	680
ARCELORMITTAL BRASIL SA	42.570,17	21/06/2019	681
ARKIS INFRAESTRUTURA URBANANA	58.155,71	09/04/2018	515
ARKIS INFRAESTRUTURA URBANANA	22.524,00	13/09/2018	577
ARKIS INFRAESTRUTURA URBANANA	4.692,50	17/10/2018	580
ARKIS INFRAESTRUTURA URBANANA	5.631,00	17/12/2018	589
AUTO LIMA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME	893,00	11/06/2019	421
AUTO LIMA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME	2.658,43	11/06/2019	422
AUTO LIMA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME	1.113,00	08/05/2019	406
AUTO LIMA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME	346,00	29/03/2019	396
AUTO LIMA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME	2.187,00	16/04/2019	393
AUTO LIMA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME	795,00	16/04/2019	397
AUTO LIMA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME	3.183,00	30/05/2019	411
AVITEX	300,00	29/03/2019	152501
B LOTTI MOVIMENTACAO DE CARGAS	3.900,02	12/07/2019	795
BALBINO DE FREITAS MAT. DE CONSTRUCAO LTDA BF	13.531,50	27/02/2019	219
BALBINO DE FREITAS MAT. DE CONSTRUCAO LTDA BF	3.438,82	16/04/2019	324
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	35.627,89	27/02/2019	219
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	14.414,93	15/04/2019	262
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	198.832,55	06/05/2019	443
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	48.672,68	06/05/2019	444
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	70.694,47	07/05/2019	455
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	27.374,47	09/05/2019	475
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	24.461,07	10/05/2019	496
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	73.591,06	06/06/2019	621
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	13.211,19	18/06/2019	659
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	32.737,96	18/06/2019	660
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	83.466,86	18/06/2019	661
BELGO CORTE E DOBRA - SIA *	42.732,52	02/07/2019	733
BELGO - SIA	30.745,76	15/04/2019	263
BELGO - SIA	23.834,44	03/07/2019	803
BELLA BRASILIA SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI	52.292,09	14/05/2019	68
BELLA BRASILIA SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI	52.672,20	05/07/2019	75
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	7.107,23	10/05/2019	94103
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	9.281,00	10/05/2019	94051
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	9.046,91	10/05/2019	94073
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	7.723,53	10/05/2019	94118
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	9.280,00	05/06/2019	94051
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	7.106,00	06/06/2019	94103
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	7.044,00	06/06/2019	94118
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	9.045,00	06/06/2019	94073
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	10.361,18	27/06/2019	95596
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	4.090,54	05/07/2019	95652
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	2.669,20	05/07/2019	95578
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	10.360,00	05/07/2019	95596
BELMAN COMERCIO DE AÇOS LTDA	10.387,20	05/07/2019	95638
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.891,83	04/01/2019	1006700000809
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	3.286,53	04/01/2019	1006700000814
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	2.733,68	04/01/2019	1006700000813
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	3.286,53	04/01/2019	1006700000812
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	2.733,68	04/01/2019	1006700000811
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	04/01/2019	1006700000816
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.951,35	04/01/2019	1006700000815
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	04/01/2019	1006700000810
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	3.286,53	30/04/2019	1006700000814
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	2.733,68	30/04/2019	1006700000813
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	3.286,53	30/04/2019	1006700000812
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	3.286,53	30/04/2019	1006700000811
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.891,83	30/04/2019	1006700000809
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	30/04/2019	1006700000816
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	2.733,68	30/04/2019	1006700000811
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.951,35	30/04/2019	1006700000815
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	30/04/2019	1006700000810
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	3.286,53	30/04/2019	1006700000814
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	2.733,68	30/04/2019	1006700000813
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	30/04/2019	1006700000816
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	2.733,68	30/04/2019	1006700000811
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.951,35	30/04/2019	1006700000815
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	30/04/2019	1006700000810
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	2.733,68	30/04/2019	1006700000813
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.891,83	30/04/2019	1006700000809
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	3.286,53	30/04/2019	1006700000814

BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6 891,83	30/04/2019	100670000809
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	2.733,68	30/04/2019	100670000811
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.951,35	30/04/2019	100670000815
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.891,83	06/05/2019	100670000809
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.951,35	06/05/2019	100670000815
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	06/05/2019	100670000816
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	06/05/2019	100670000810
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.891,83	04/06/2019	100670000809
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	04/06/2019	100670000810
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.951,35	04/06/2019	100670000815
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.285,61	04/06/2019	100670000816
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.899,41	05/07/2019	100670000809
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.294,72	05/07/2019	100670000816
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.951,35	05/07/2019	100670000815
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.357,15	05/07/2019	100670000810
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.121,17	05/07/2019	100670000823
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	5.091,49	05/07/2019	100670000822
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	5.091,49	05/07/2019	100670000820
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	6.121,17	05/07/2019	100670000821
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	9.855,12-	17/07/2019	785
BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS DE OBRA SA	8.413,20	18/07/2019	802
BETEL ARTES GRAFICAS	1.160,00	27/02/2019	219
CADETE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	32.600,96	07/01/2019	90562
CADETE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	32.600,96	07/02/2019	90629
CADETE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	15.000,00	29/03/2019	90729
CADETE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	30.479,21	15/04/2019	90822
CADETE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	15.479,21	15/04/2019	90823
CADETE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	30.197,93	03/05/2019	90838
CADETE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	30.197,93	24/06/2019	91116
CADETE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	30.197,93	17/07/2019	91241
CAESB	281,70	30/04/2019	20092073
CAESB	287,76	24/05/2019	20092074
CAESB	360,28	24/06/2019	20092075
CASA DAS FERRAGENS	226,49	02/05/2019	46831
CASA DAS FERRAGENS	226,51	13/05/2019	46831
CASA DAS FERRAGENS	56,26	02/05/2019	46831
CASA DAS FERRAGENS	56,24	13/05/2019	46831
CASA DAS FERRAGENS	282,00	02/05/2019	46830
CASA DAS FERRAGENS	232,50	02/05/2019	46829
CASA DAS FERRAGENS	232,50	13/05/2019	46829
CASA DAS FERRAGENS	315,00	13/05/2019	46919
CASA DAS FERRAGENS	282,00	03/06/2019	46830
CASA PLANETA DE BRASILIA MAQUINAS E FERRAGENS LTDA	2.315,00	27/02/2019	219
CEB	1.720,49	17/07/2018	79971982064
CEB	75,30	29/04/2019	95795593
CEB	77,01	28/05/2019	17475328
CEB	75,72	24/07/2019	18551387
CEB	361,58	18/01/2019	100
CEB	163,85	27/03/2019	163852
CEB	84,71	16/04/2019	1481136
CEB	1.850,80	09/05/2019	244636
CEB	5.225,37	03/06/2019	258080
CEB	9.617,34	12/07/2019	273024
CHAMATEC FILIAL	1.170,00	16/04/2019	321
CIPLAN	4.159,61	26/04/2019	347452
CIPLAN	4.439,61	27/05/2019	378411
CIPLAN	736,79	26/06/2019	389855
CIPLAN	731,56	26/06/2019	389638
CIPLAN	712,64	26/06/2019	389858
CIPLAN	717,62	26/06/2019	389229
CIPLAN	11.878,57	25/04/2019	28871
CIPLAN	17.817,86	25/04/2019	28532
CIPLAN	41.880,88	25/04/2019	28252
CIPLAN	9.055,39	25/04/2019	29179
CIPLAN	25.502,40	27/05/2019	30560
CIPLAN	3.272,51	27/05/2019	30559
CIPLAN	43.024,07	26/06/2019	31908
CIPLAN	7.286,40	26/06/2019	31909
CIPLAN	148.610,88	26/06/2019	31906
CIPLAN	18.216,00	26/06/2019	31907
CIPLAN	4.774,60	14/12/2018	271042
CIPLAN	4.774,60	14/12/2018	282739
CIPLAN	5.054,60	14/12/2018	286047
CIPLAN	4.774,60	14/12/2018	268153
CIPLAN	5.054,60	14/12/2018	288121
CIPLAN	5.054,60	27/12/2018	293516
CIPLAN	5.054,60	27/12/2018	297796
CIPLAN	5.054,60	27/12/2018	301982
CIPLAN	4.960,14	08/02/2019	309618
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	5.115,00	27/02/2019	22529159
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	5.428,50	15/04/2019	22737319
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	5.923,50	26/04/2019	23083617
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	5.098,50	31/05/2019	23517332
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	6.336,00	04/07/2019	23791795
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	313,50	27/02/2019	22529159

COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	363,00	15/04/2019	22737319
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	363,00	26/04/2019	23083617
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	313,50	31/05/2019	23517332
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	379,50	04/07/2019	23791795
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	429,72	27/02/2019	22529159
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	459,85	15/04/2019	22737319
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	982,84	26/04/2019	23083617
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	936,92	31/05/2019	23517332
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	1.068,92	04/07/2019	23791795
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	702,34	27/02/2019	22529159
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	619,84	15/04/2019	22737319
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	1.239,68	26/04/2019	23083617
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	1.243,26	31/05/2019	23517332
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	1.309,26	04/07/2019	23791795
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	1.056,72	27/02/2019	22529159
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	1.136,35	15/04/2019	22737319
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	726,00	26/04/2019	23083617
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	940,50	31/05/2019	23517332
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE SERVICOS - ALELO - ALIMENTAÇÃO	1.138,50	04/07/2019	23791795
CONDOMINIO DO ED PRESIDENTE - STAND FORMALIZAÇÃO CODHAB	2.223,67	03/05/2019	819
CONDOMINIO DO ED PRESIDENTE - STAND FORMALIZAÇÃO CODHAB	2.223,67	25/06/2019	5112041
CONDOMINIO DO ED PRESIDENTE - STAND FORMALIZAÇÃO CODHAB	2.223,67	23/07/2019	5112042
CONDOR ATACADISTA - INSTALAÇÕES	1.288,00	13/02/2019	191
CONDOR ATACADISTA - INSTALAÇÕES	683,50	27/02/2019	219
CONDOR ATACADISTA - INSTALAÇÕES	4.911,42	27/02/2019	219
CONDOR ATACADISTA - INSTALAÇÕES	2.931,20	16/04/2019	322
CONDOR ATACADISTA - INSTALAÇÕES	456,00	16/04/2019	323
CONDOR ATACADISTA - INSTALAÇÕES	1.355,00	16/04/2019	339
CONDOR ATACADISTA - INSTALAÇÕES	42.114,52	02/05/2019	417
CONSPAV CONSTRUÇÕES SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA	30.000,00	11/07/2019	790
CONSTRUTORA PIMENTA ITUIUTABA II	28.880,00	16/04/2019	935
CONSTRUTORA PIMENTA ITUIUTABA II	31.994,46	16/04/2019	909
CONSTRUTORA PIMENTA ITUIUTABA II	10.273,31	14/05/2019	945
CONSTRUTORA PIMENTA ITUIUTABA II	14.802,50	24/06/2019	952
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF	2.428,26	10/04/2019	1
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF	172,95	31/07/2019	0
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF	172,95	31/07/2019	0
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF	773,78	31/07/2019	0
CRB	821,00	16/04/2019	3768
CREDINAMICO	5.600,00	15/07/2019	149
DAMASCO	1.126,58	02/05/2019	375714
DAMASCO	1.622,82	02/05/2019	375715
DAMASCO	1.088,96	02/05/2019	426
DESPESA ALIMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS ITAPOÁ PARQUE	4.799,90	15/02/2019	66
DESPESA ALIMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS ITAPOÁ PARQUE	11.025,00	16/04/2019	73
DESPESA ALIMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS ITAPOÁ PARQUE	15.443,91	16/04/2019	89
DESPESA ALIMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS ITAPOÁ PARQUE	15.007,09	08/05/2019	107
DESPESA ALIMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS ITAPOÁ PARQUE	2.289,00	12/06/2019	125
DESPESA ALIMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS ITAPOÁ PARQUE	17.227,16	12/06/2019	121
DESPESA ALIMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS ITAPOÁ PARQUE	30.078,46	11/07/2019	139
DESPESA ALIMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS ITAPOÁ PARQUE	3.302,20	16/04/2019	73
DOMINGUES & CORREA ENGENHARIA LTDA	35.077,52	07/01/2019	90567
DOMINGUES & CORREA ENGENHARIA LTDA	35.077,52	07/02/2019	90634
DOMINGUES & CORREA ENGENHARIA LTDA	16.373,80	29/03/2019	90732
DOMINGUES & CORREA ENGENHARIA LTDA	32.747,60	15/04/2019	90873
DOMINGUES & CORREA ENGENHARIA LTDA	16.373,80	15/04/2019	90874
DOMINGUES & CORREA ENGENHARIA LTDA	32.331,80	03/05/2019	90842
DOMINGUES & CORREA ENGENHARIA LTDA	4.659,84	07/06/2019	91127
DOMINGUES & CORREA ENGENHARIA LTDA	32.331,80	17/07/2019	91235
ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA	4.692,50	18/01/2019	1274
ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA	4.692,50	12/07/2019	1283
ELETRO MS MATERIAIS ELETRICOS	6.533,00	27/02/2019	219
ELETRO MS MATERIAIS ELETRICOS	4.481,50	02/05/2019	418
EMPREMOM EQUIPAMENTOS	1.594,17	27/02/2019	4140
ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMICOS S/S	2.000,00	16/05/2019	749
ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMICOS S/S	2.000,00	16/05/2019	749
ENGEREDE CONSTRUÇÕES	5.798,35	14/01/2019	202
ENGEREDE CONSTRUÇÕES	9.072,50	16/04/2019	102
ENGEREDE CONSTRUÇÕES	15.928,00	24/06/2019	122
ENGEREDE CONSTRUÇÕES	13.575,00	16/04/2019	108
EXAME ADMISIONAL - DAYANE GARCIA	5.605,00	16/04/2019	632
EXAME ADMISIONAL - DAYANE GARCIA	1.300,00	16/04/2019	634
EXAME ADMISIONAL - DAYANE GARCIA	6.500,00	16/04/2019	630
EXAME ADMISIONAL - DAYANE GARCIA	195,00	28/05/2019	637
EXAME ADMISIONAL - DAYANE GARCIA	5.889,08	24/06/2019	642
EXAME ADMISIONAL - DAYANE GARCIA	9.825,00	24/06/2019	640
EXAME ADMISIONAL - DAYANE GARCIA	650,00	16/04/2019	634
EXTINTUR TECNOLOGIA CONTRA INCENDIO COM. E SERV. LTDA EPP	620,00	10/04/2019	10624
FARE ARQUITETURA E URBANISMO	2.500,00	25/04/2019	334
FARE ARQUITETURA E URBANISMO	2.500,00	25/04/2019	338
FARE ARQUITETURA E URBANISMO	35.193,75	19/02/2018	275
FARE ARQUITETURA E URBANISMO	35.193,75	19/02/2018	277
FARE ARQUITETURA E URBANISMO	39.886,25	18/04/2018	288
FARE ARQUITETURA E URBANISMO	51.617,50	04/07/2018	296
FARE ARQUITETURA E URBANISMO	23.462,50	24/08/2018	304

FARE ARQUITETURA E URBANISMO	16.423,75	12/09/2018	305
FARE ARQUITETURA E URBANISMO	32.847,50	17/12/2018	315
FARE ARQUITETURA E URBANISMO	37.540,00	16/04/2019	337
FERRAGENS PINHEIRO SIA*	47.799,96	10/05/2019	494
FERRAMENTARIA TERRA UTIL COM. DE MAQ. FERRAM. E UTILIDADES LTDA	175,00	29/05/2019	575
FERTEC FERRAMENTAS E ACESSORIOS	465,00	11/06/2019	44413
FERTEC FERRAMENTAS E ACESSORIOS	290,87	13/06/2019	45492
FERTEC FERRAMENTAS E ACESSORIOS	220,70	12/07/2019	47084
FERTEC FERRAMENTAS E ACESSORIOS	911,63	12/07/2019	47082
FERTEC FERRAMENTAS E ACESSORIOS	220,70	12/07/2019	47083
FLAMINGO COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	7.791,84	26/07/2019	1021
FUSOPAR PARAFUSOS LTDA	17.867,44	05/06/2019	510293
GEAMB - POÇO ARTESIANO	3.131,00	16/04/2019	508
GEAMB - POÇO ARTESIANO	7.761,76	14/05/2019	524
GEAMB - POÇO ARTESIANO	8.000,00	16/04/2019	508
GEAMB - POÇO ARTESIANO	30.510,00	16/04/2019	516
GEAMB - POÇO ARTESIANO	4.000,00	16/04/2019	515
GEO LOGICA	18.715,00	14/05/2019	2804
GEO LOGICA	6.528,64	14/05/2019	2806
GEO LOGICA	3.028,12	14/05/2019	2805
GLOBAL MIX IND. E COM. DE ARTEF DE CIMENTO - MM PARTICIPAÇÕES	2.295,00	07/06/2019	1461
GOLD GUINDASTE	4.850,00	14/05/2019	577
GOLD GUINDASTE	4.000,00	24/06/2019	585
GOLD GUINDASTE	19.650,00	16/04/2019	557
GOLD GUINDASTE	8.300,00	16/04/2019	562
GOLD GUINDASTE	27.590,00	24/06/2019	586
GRAVIA IND. PERFILADOS DE AÇO LTDA	147,90	26/06/2019	38733
GRAVIA IND. PERFILADOS DE AÇO LTDA	2.583,31	07/01/2019	162
GRAVIA - SIA	6.123,00	07/01/2019	161
GRAVIA - SIA	694,36	13/02/2019	191
GRAVIA - SIA	6.151,61	27/02/2019	219
GRAVIA - SIA	5.159,49	27/02/2019	219
GRAVIA - SIA	5.446,37	27/02/2019	219
GRAVIA - SIA	2.820,00	16/04/2019	326
GRAVIA - SIA	1.055,60	16/04/2019	327
GRAVIA - SIA	430,46	02/05/2019	419
GRAVIA - SIA	29.838,09	10/05/2019	495
GRAVIA ESQUALITY	11.297,88	16/04/2019	325
GRAVIA IND. PERF. DE AÇO LTDA	1.540,52	13/06/2019	12999
GRAVIA TAG. INDUSTRIA	902,18	24/06/2019	151103
GRLM TRANSPORTES	700,00	10/05/2019	1247
GRUPO FOX	31.000,00	27/02/2019	001
GRUPO FOX	31.000,00	27/02/2019	220
HASAAN ENGENHARIA	3.889,14	05/09/2018	096
HOMY QUIMICA	13.288,00	07/06/2019	144412
HP ELETROTECNICA	3.523,33	25/04/2019	215432
HP ELETROTECNICA	3.733,89	04/06/2019	216571
HP ELETROTECNICA	550,00	16/04/2019	213618
HP ELETROTECNICA	1.000,00	16/04/2019	213619
HP ELETROTECNICA	900,00	16/04/2019	213623
HP ELETROTECNICA	550,00	16/04/2019	213617
IBP INDUSTRIA METALURGICA LTDA	6.525,00	05/06/2019	40260
IMPRIME SERVIÇOS E PAPELARIA E IMPRESSÃO	3.500,00	13/02/2019	824
IMPRIME SERVIÇOS E PAPELARIA E IMPRESSÃO	140,00	16/04/2019	881
INBRACOL - DF	55.178,00	29/05/2019	580
INDUSTRIA METALURGICA LORSCHREITER EIRELI	4.764,06	11/06/2019	4933
INDUSTRIA METALURGICA LORSCHREITER EIRELI	10.476,69	08/07/2019	4954
INDUSTRIA METALURGICA LORSCHREITER EIRELI	7.980,00	08/07/2019	4971
INDUSTRIA METALURGICA LORSCHREITER EIRELI	5.103,84	08/07/2019	4963
INGRESSAR CONSTRUCOES	9.546,70	24/06/2019	379
INGRESSAR CONSTRUCOES	20.177,95	25/04/2019	365
INSS EMPREITEIRO	5.954,61	05/07/2019	75
INSS FOLHA	22.950,02	09/07/2019	2864
INSTITUTO ACDF	1.150,00	29/07/2019	541023
INSTITUTO BRASILIA AMBIENTAL	8.931,00	07/05/2019	0
INSTITUTO BRASILIA AMBIENTAL	200,00	20/05/2019	120554
INTERFORMA EQUIPAMENTOS LTDA	9.231,49	25/04/2019	32018
INTERFORMA EQUIPAMENTOS LTDA	9.231,49	14/05/2019	32018
INTERFORMA EQUIPAMENTOS LTDA	9.234,26	05/06/2019	32018
INVENTARE CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	4.879,99	14/05/2019	25
ITATIAIA ATACADISTA	2.307,60	23/05/2019	346794
ITATIAIA ATACADISTA	1.995,24	24/05/2019	347067
ITATIAIA ATACADISTA	813,80	13/06/2019	351117
ITATIAIA ATACADISTA	2.309,25	13/02/2019	191
ITATIAIA ATACADISTA	2.415,00	27/02/2019	219
ITATIAIA ATACADISTA	693,18	11/03/2019	235
ITATIAIA ATACADISTA	8.359,46	16/04/2019	328
JOAQUIM BORGES LUIZ - ME - FORNECIMENTO DE AREIA	1.077,30	09/05/2019	4029
JOAQUIM BORGES LUIZ - ME - FORNECIMENTO DE AREIA	2.104,90	09/05/2019	4022
JOAQUIM BORGES LUIZ - ME - FORNECIMENTO DE AREIA	3.404,27	09/05/2019	4021
JOAQUIM BORGES LUIZ - ME - FORNECIMENTO DE AREIA	1.090,91	09/05/2019	4037
JOAQUIM BORGES LUIZ - ME - FORNECIMENTO DE AREIA	1.010,77	22/05/2019	4055
JOAQUIM BORGES LUIZ - ME - FORNECIMENTO DE AREIA	1.096,68	31/05/2019	4060
JOAQUIM BORGES LUIZ - ME - FORNECIMENTO DE AREIA	1.059,59	21/06/2019	4066
JONES SILVA LOPES - ME - FORNECIMENTO DE AREIA	5.000,00	24/06/2019	302

K & R UNIFORMES	4.304,00	04/02/2019	1271
K & R UNIFORMES	14.488,00	27/02/2019	219
K & R UNIFORMES	374,00	10/05/2019	492
K & R UNIFORMES	7.413,00	10/05/2019	493
K&R CONFECOES	4.304,00	27/02/2019	219
LABORATORIO SABIN DE ANALISES CLINICAS - EXAME ADMISSIONAL	211,68	16/04/2019	161880
LABORATORIO SABIN DE ANALISES CLINICAS - EXAME ADMISSIONAL	523,55	16/04/2019	159064
LABORATORIO SABIN DE ANALISES CLINICAS - EXAME ADMISSIONAL	466,95	26/04/2019	163886
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.622,39	11/03/2019	2568
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.561,59	29/04/2019	2789
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.031,39	15/04/2019	2698
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.378,13	15/04/2019	2697
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	5.986,11	27/05/2019	2911
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.742,20	11/07/2019	2984
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.310,88	11/07/2019	2983
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	5.497,24	11/07/2019	2981
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.569,71	11/07/2019	2982
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.162,41	15/04/2019	2699
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	859,33	15/04/2019	2696
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	907,08	15/04/2019	2695
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.115,93	11/07/2019	3000
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.396,04	11/07/2019	2989
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	5.150,21	28/03/2019	2564
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.267,74	15/04/2019	2700
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	427,77	15/04/2019	2701
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	635,14	03/05/2019	2777
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.040,99	22/02/2019	2551
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	419,22	14/03/2019	2653
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.884,90	15/04/2019	2703
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	443,34	05/07/2019	2906
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.395,30	27/02/2019	2592
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	35.801,88	08/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.239,64	18/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.020,55	21/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.020,55	22/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.862,61	29/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.685,60	04/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.560,20	30/04/2019	2799
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	50.137,23	15/04/2019	2861
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.685,60	15/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	42.627,99	03/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.700,46	07/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	91,98	16/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.249,80	03/06/2019	2923
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	54.408,21	06/06/2019	2968
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.795,64	01/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	50,66	04/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	54.250,23	05/07/2019	3023
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.110,40	31/07/2019	3124
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.995,57	06/02/2019	2539
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.862,00	27/02/2019	2592
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.185,00	20/02/2019	2549
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	51.053,92	08/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.045,79	18/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.881,33	21/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.881,33	22/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.934,14	29/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.710,05	04/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	5.067,50	30/04/2019	2799
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	74.856,46	15/04/2019	2861
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.710,05	15/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	67.011,51	03/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	7.389,16	07/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	144,60	16/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.085,90	03/06/2019	2923
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	74.999,12	06/06/2019	2968
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.870,29	01/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	65,01	04/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	79.314,37	05/07/2019	3023
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	7.831,00	31/07/2019	3124
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	10.231,40	06/02/2019	2539
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.496,00	27/02/2019	2592
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.660,00	20/02/2019	2549
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	37.462,97	08/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.436,35	18/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.114,29	21/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.114,29	22/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	5.088,21	29/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.862,20	04/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.312,80	30/04/2019	2799
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	51.809,26	15/04/2019	2861
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.862,20	15/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	43.403,28	03/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.785,94	07/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	93,66	16/05/2019	2862

LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	7.165,70	03/06/2019	2923
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	61.377,89	06/06/2019	2968
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	11.298,29	01/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	150,81	04/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	99.608,46	05/07/2019	3023
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	11.759,60	31/07/2019	3124
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	5.265,78	06/02/2019	2539
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	7.574,40	27/02/2019	2592
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.850,00	20/02/2019	2549
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	44.444,85	08/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	5.263,14	18/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.508,33	21/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.508,33	22/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.036,49	29/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.819,40	04/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	7.508,00	30/04/2019	2799
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	56.909,10	15/04/2019	2861
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.819,40	15/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	54.420,91	03/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.000,82	07/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	117,43	16/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	6.840,80	03/06/2019	2923
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	67.149,51	06/06/2019	2968
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	12.139,36	01/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	855,00	04/07/2019	3076
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	162,04	04/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	107.659,25	05/07/2019	3023
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	12.730,20	31/07/2019	3124
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	11.841,51	06/02/2019	2539
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	3.904,00	27/02/2019	2592
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	950,00	20/02/2019	2549
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	19.356,36	08/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.292,17	18/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.092,41	21/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.092,41	22/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.628,98	29/03/2019	2647
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.851,60	04/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	4.183,20	30/04/2019	2799
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	26.575,14	15/04/2019	2861
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.851,60	15/04/2019	2730
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	24.250,75	03/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.674,05	07/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	52,33	16/05/2019	2862
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	5.648,70	03/06/2019	2923
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	44.471,72	06/06/2019	2968
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	9.655,32	01/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	2.433,90	04/07/2019	3076
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	128,88	04/07/2019	3073
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	77.567,41	05/07/2019	3023
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	13.808,80	31/07/2019	3124
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	600,00	31/01/2019	2515
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.516,00	31/01/2019	2515
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.308,80	31/01/2019	2515
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.772,00	31/01/2019	2515
LIQUIDO FOLHA DE PAGAMENTO	1.015,17	11/06/2019	2972
LM COMUNICAÇÃO VISUAL E PROJETOS	3.396,80	27/05/2019	11205
LM COMUNICAÇÃO VISUAL E PROJETOS	790,65	27/05/2019	11205
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	266,00	24/07/2018	20691
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	1.478,25	28/12/2018	23364
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	7.344,89	26/03/2019	23615
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	1.656,25	24/01/2018	17288
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	2.891,95	28/02/2018	17930
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	2.292,30	23/03/2018	18397
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	5.320,10	27/04/2018	18947
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	477,08	29/05/2018	19550
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	688,10	29/06/2018	20212
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	902,40	22/08/2018	21094
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	772,00	02/10/2018	21723
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	1.598,00	08/11/2018	22289
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	1.499,00	10/12/2018	22798
LM TECNODIGITAL - CÓPIAS E IMPRESSÕES	889,00	30/04/2019	24868
LOCATRIL	850,00	16/04/2019	1370
LOCATRIL	1.750,00	06/07/2018	1107
LRIVAS ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA	17.158,36	15/07/2019	514
LT7 REPRESENTACOES DE EQUIPAMENTOS	700,00	29/04/2019	103
MAC CALIBRACOES	1.880,00	18/06/2019	201924
MAIS ATACADISTA_JA ATACADISTA LTDA	797,34	09/04/2019	258
MAIS ATACADISTA_JA ATACADISTA LTDA	512,79	07/05/2019	454
MAIS ATACADISTA_JA ATACADISTA LTDA	943,45	11/06/2019	647
MANDA LA TRANSPORTES DE CARGA LTDA	143,40	10/05/2019	551
MANDALA TRANSPORTES	711,66	29/05/2019	578
MBI ARQUIT_URB. PAISAGISMO CONSULT. LTDA	3.566,30	17/10/2018	82
MEKSOL - FUNDAÇÃO	48.762,45	11/06/2019	85
MGF ENGENHARIA EIRELI	9.000,00	04/01/2019	795
MGF ENGENHARIA EIRELI	9.000,00	09/01/2019	795

MICBOX LOCACOES EIRELI	1.768,01	14/05/2019	4825
MICBOX LOCACOES EIRELI	2.040,00	11/06/2019	4929
MICBOX LOCACOES EIRELI	3.890,00	16/04/2019	4618
MICBOX LOCACOES EIRELI	2.040,00	16/04/2019	4722
MPM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME	1.500,00	22/01/2019	122
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	1.495,78	04/02/2019	1121934
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	22.716,00	25/01/2019	170
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	2.425,00	27/02/2019	219
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	19.849,92	16/04/2019	329
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	18.128,60	16/04/2019	330
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	4.758,00	16/04/2019	331
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	3.174,50	16/04/2019	332
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	2.422,00	16/04/2019	333
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	1.889,06	16/04/2019	334
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	1.313,98	16/04/2019	335
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	379,60	16/04/2019	336
MUNDIAL ATACADISTA MATRIZ - MATERIAL	1.843,20	29/05/2019	577
N&P ENGENHARIA LTDA	35.555,07	03/05/2019	061
N&P ENGENHARIA LTDA	35.555,07	07/01/2019	90561
N&P ENGENHARIA LTDA	37.885,00	07/02/2019	90628
N&P ENGENHARIA LTDA	17.777,54	29/03/2019	90728
N&P ENGENHARIA LTDA	35.555,07	15/04/2019	90824
N&P ENGENHARIA LTDA	17.777,53	15/04/2019	90825
N&P ENGENHARIA LTDA	4.659,86	10/06/2019	91053
N&P ENGENHARIA LTDA	35.555,08	07/06/2019	91123
N&P ENGENHARIA LTDA	35.555,07	17/07/2019	91240
OBJETIVA ATACADISTA - INSTALAÇÕES	594,00	09/04/2019	948122
OBJETIVA ATACADISTA - INSTALAÇÕES	3.993,60	27/12/2018	900021
OBJETIVA ATACADISTA - INSTALAÇÕES	3.645,36	02/05/2019	421
ORIGINAL CONSTRUCOES - PRE-MOLDADOS	2.331,00	25/04/2019	49921
ORIGINAL CONSTRUCOES - PRE-MOLDADOS	2.178,00	24/04/2019	49923
ORIGINAL CONSTRUCOES - PRE-MOLDADOS	2.772,00	24/04/2019	49922
ORIGINAL CONSTRUCOES - PRE-MOLDADOS	1.782,00	07/05/2019	50133
PADILHA IMPERMEABILIZANTES	800,00	27/02/2019	219
PADILHA IMPERMEABILIZANTES	240,00	10/05/2019	490
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	4.368,67	13/05/2019	450564
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	33.013,37	13/05/2019	450194
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	6.906,11	13/05/2019	450566
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	23.349,33	27/05/2019	450982
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	30.012,15	07/06/2019	450194
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	6.278,28	24/06/2019	450566
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	3.971,52	24/06/2019	450564
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	21.226,66	24/06/2019	450982
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	22.619,16	21/06/2019	673
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	45.238,31	21/06/2019	674
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	10.775,84	21/06/2019	675
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	10.465,47	21/06/2019	676
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	8.938,57	21/06/2019	677
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	6.006,61	21/06/2019	678
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	86.959,22	05/07/2019	764
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	62.000,00	05/07/2019	766
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	49.000,00	05/07/2019	767
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	45.238,31	05/07/2019	768
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	38.000,00	05/07/2019	769
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	30.905,28	05/07/2019	770
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	22.619,16	05/07/2019	771
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	10.775,84	05/07/2019	772
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	10.465,47	05/07/2019	773
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	8.938,57	05/07/2019	774
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	6.006,61	05/07/2019	775
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	2.124,89	05/07/2019	777
PANATLANTICA IND.COM. TUBOS S.A	3.252,38	05/07/2019	801
PANATLANTICA SA	131.311,05	16/05/2019	524
PANATLANTICA SA	214.012,75	17/04/2019	344
PANATLANTICA SA	170.343,82	17/04/2019	345
PANATLANTICA SA	84.397,81	17/04/2019	346
PANATLANTICA SA	108.171,90	02/05/2019	422
PANATLANTICA SA	52.329,14	02/05/2019	423
PANATLANTICA SA	110.000,00	05/07/2019	763
PANATLANTICA SA	67.000,00	05/07/2019	765
PAVBRAS	31.972,50	28/02/2019	25
PAVBRAS	6.183,27	16/04/2019	21
PAVBRAS	11.401,97	16/04/2019	22
PAVBRAS	63.226,59	16/04/2019	23
PAVBRAS	10.000,00	08/05/2019	30
PAVBRAS	10.000,00	16/04/2019	29
PAVBRAS	18.775,00	16/04/2019	24
PAVBRAS	38.705,40	16/04/2019	27
PAVBRAS	32.041,85	11/06/2019	35
PAVBRAS	12.092,00	11/06/2019	39
PAVBRAS	90.429,34	11/06/2019	38
PAVBRAS	6.000,00	11/06/2019	36
PAVBRAS	15.000,00	11/06/2019	37
PAVBRAS	14.985,56	12/06/2019	34
PAVBRAS	50.000,00	08/05/2019	437

PAVBRAS	50.400,00	22/05/2019	541
PAVBRAS	269.913,10	29/01/2019	171
PAVTO ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA-ME	18.000,00	16/04/2019	029
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	483.791,31	15/04/2019	44342
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	9.150,36	26/04/2019	44865
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	9.150,34	26/04/2019	44865
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	7.320,27	28/04/2019	44865
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	3.978,24	08/06/2019	45657
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	27.667,06	19/06/2019	46514
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	5.065,87	26/04/2019	45042
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	5.065,87	26/04/2019	45042
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	316.426,91	10/05/2019	558
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	101.000,00	27/02/2019	218
PERFILLINE COMPONENTES METALICOS LTDA	316.426,91	03/05/2019	427
PESENTI NETO EQUIP. DE PESAGEM E AGRONEGOCIO LTDA	5.415,00	10/05/2019	489
PETRIAN LICENÇA AMBIENTAL	8.000,00	08/05/2019	1
PETRIAN LICENÇA AMBIENTAL	8.000,00	08/05/2019	3
PETRIAN LICENÇA AMBIENTAL	8.000,00	11/06/2019	7
PLANALTAO INORMATICA	6.213,00	13/05/2019	503
PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA CIPLAN	303,59	26/04/2019	28989
PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA CIPLAN	303,59	27/05/2019	31540
PLANETA FERRAMENTAS E MAQUINAS LTDA	993,60	09/05/2019	19123
PLANETA FERRAMENTAS E MAQUINAS LTDA	11,00	27/05/2019	19519
PLANETA FERRAMENTAS E MAQUINAS LTDA	318,10	02/05/2019	18935
PLANETA FERRAMENTAS E MAQUINAS LTDA	122,20	27/05/2019	19519
PLANETA FERRAMENTAS E MAQUINAS LTDA	2.476,45	02/05/2019	18933
PLANETA FERRAMENTAS E MAQUINAS LTDA	73,10	06/05/2019	19069
PLANETA FERRAMENTAS E MAQUINAS LTDA	129,99	09/05/2019	19123
PLANETA FERRAMENTAS E MAQUINAS LTDA	333,40	27/05/2019	19519
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	71.598,66	28/12/2018	8
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	356.972,76	28/12/2018	9
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	71.598,68	30/04/2019	10
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	356.972,75	30/04/2019	11
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	71.598,68	30/04/2019	10
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	356.972,75	30/04/2019	11
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	71.598,68	30/04/2019	10
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	356.972,75	30/04/2019	11
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	71.598,68	30/04/2019	10
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	356.972,75	30/04/2019	11
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	356.972,75	05/07/2019	11
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	71.598,68	05/07/2019	10
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	356.972,75	05/07/2019	11
POTTENCIAL SEGURADO S/A - SEGURO INFRA ESTRUTURA	71.598,68	05/07/2019	10
PREMOLDADOS 03 IRMAOS LTDA - ME	39.594,00	18/06/2019	662
PRIME SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI-ME	3.600,00	15/07/2019	74
PRIME SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI-ME	18.550,00	05/06/2019	36
PRIME SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI-ME	6.600,00	15/07/2019	38
PRIMEIRA LINHA - SIA	215,00	15/05/2019	437795
PRIMEIRA LINHA - SIA	1.290,00	24/06/2019	450518
PRIMEIRA LINHA-AGUAS CLARAS	5.633,76	15/05/2019	49544
PRIORIZA ENGENHARIA E MANUTENÇÃO	4.000,00	02/05/2019	420
PRISSMA - QUADROS ELÉTRICOS	980,00	08/04/2019	1718
PRISSMA - QUADROS ELÉTRICOS	1.590,00	20/05/2019	17524
PRISSMA - QUADROS ELÉTRICOS	1.590,00	24/06/2019	17994
PRISSMA - QUADROS ELÉTRICOS	1.378,00	23/04/2019	17284
PRO SYSTEMS	11.675,00	28/09/2018	829
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	38.477,08	11/05/2018	121
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	25.663,53	15/06/2018	157
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	13.500,00	25/07/2018	208
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	1.610,00	17/10/2018	335
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	3.220,00	17/12/2018	364
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	9.374,21	17/12/2018	389
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	9.374,21	17/12/2018	365
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	7.030,65	16/04/2019	71
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	6.750,00	16/04/2019	50
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	19.624,87	16/04/2019	102
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	4.500,00	16/05/2019	144
PROJELET - PROJETOS DE SISTEMAS PREDIAIS LTDA EPP	14.937,75	16/05/2019	143
PROJETEST EQUIPAMENTOS P/ LABORATORIOS LTDA	7.500,00	29/05/2019	576
PS ZAMPROGNA PRODUTOS METALURGICOS LTDA	3.689,31	18/07/2019	136
PS ZAMPROGNA PRODUTOS METALURGICOS LTDA	45.360,00	02/05/2019	424
PS ZAMPROGNA PRODUTOS METALURGICOS LTDA	2.761,92	10/05/2019	485
PS ZAMPROGNA PRODUTOS METALURGICOS LTDA	43.334,42	21/06/2019	679
QUALI-A CONFORTO AMBIENTAL E EFICIENCIA ENERGÉTICA LTDA-EPP	3.750,00	08/02/2018	316
QUALI-A CONFORTO AMBIENTAL E EFICIENCIA ENERGÉTICA LTDA-EPP	3.750,00	15/10/2018	365
QUALIPLAS LAMINAS E COMPENSADOS EIRELI EPP	39.600,00	17/04/2019	347
QUIMIPLAST	5.239,36	27/02/2019	219
REIS ARQUITETURA S/S LTDA	47.944,00	07/02/2019	295
REIS ARQUITETURA S/S LTDA	47.522,08	24/06/2019	305
REIS ARQUITETURA S/S LTDA	47.944,00	07/01/2019	90556
REIS ARQUITETURA S/S LTDA	23.972,00	29/03/2019	90727
REIS ARQUITETURA S/S LTDA	47.944,00	15/04/2019	90820
REIS ARQUITETURA S/S LTDA	23.972,00	15/04/2019	90821
REIS ARQUITETURA S/S LTDA	47.522,08	03/05/2019	90849
REIS ARQUITETURA S/S LTDA	47.522,08	17/07/2019	91237

RG2E ENGENHARIA CONSULTORIA S/S LTDA	9.385,00	13/02/2019	345
RG2E ENGENHARIA CONSULTORIA S/S LTDA	9.385,00	24/05/2019	346
RG2E ENGENHARIA CONSULTORIA S/S LTDA	9.850,00	16/05/2019	347
RG2E ENGENHARIA CONSULTORIA S/S LTDA	9.850,00	16/05/2019	348
RG2E ENGENHARIA CONSULTORIA S/S LTDA	9.850,00	16/05/2019	349
RODONAVES	141,06	31/07/2019	3406795
SAGA DISTRIBUIDORA & LOGISTICA LTDA	882,00	14/05/2019	91
SAMI MANUTENCAO LTDA	1.795,75	10/05/2019	557
SAMI MANUTENCAO LTDA	5.367,00	07/05/2019	460
SAMI MANUTENCAO LTDA	1.476,90	09/05/2019	476
SAMI MANUTENCAO LTDA	802,25	18/06/2019	663
SAMI MANUTENCAO LTDA	2.347,53	02/07/2019	734
SAMI MANUTENCAO LTDA	1.982,75	02/07/2019	735
SIMETRIA	6.757,20	19/12/2018	212
SIMETRIA	10.135,80	16/04/2019	224
SINTESE ARQUITETURA E CONSTRUCAO	5.317,76	06/02/2018	001044
SINTESE ARQUITETURA E CONSTRUCAO	10.000,00	18/07/2018	1124
SOIMA BRASIL - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRUA	24.500,00	10/05/2019	602
SOIMA BRASIL - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRUA	92.500,00	04/06/2019	619
SOIMA BRASIL - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRUA	24.500,00	04/06/2019	602
SOIMA BRASIL - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRUA	100.000,00	24/06/2019	619
SOIMA BRASIL - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRUA	185.000,00	10/05/2019	556
SOIMA BRASIL - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRUA	325.500,00	15/04/2019	264
SOL COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EPP	1.111,95	19/03/2019	241
SOL COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EPP	370,65	13/02/2019	191
SONDA ENGENHARIA LTDA	46.139,94	16/04/2019	200
SONDA ENGENHARIA LTDA	13.888,71	14/05/2019	225
SONDA ENGENHARIA LTDA	4.356,00	16/04/2019	200
STARD SOLUÇÕES IMOBILIARIAS LTDA	3.800,00	15/07/2019	1
STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA	422,93	16/04/2019	57676
STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA	446,45	25/04/2019	60253
SUPORTE SERVIÇOS NEGOCIAIS LTDA	13.600,00	03/05/2019	17
SUPORTE SERVIÇOS NEGOCIAIS LTDA	17.850,00	05/06/2019	19
SUPORTE SERVIÇOS NEGOCIAIS LTDA	19.950,00	18/07/2019	21
SUSTENTAR - ESTUDOS AMBIENTAIS	10.638,48	15/07/2019	1134
SUSTENTAR - ESTUDOS AMBIENTAIS	21.280,00	02/05/2019	425
TAGUASOLDA COM LOC ASSIST TECNIC EM EQUIP SOLDAS LTDA	480,00	31/05/2019	2724
TAGUASOLDA COM LOC ASSIST TECNIC EM EQUIP SOLDAS LTDA	455,00	31/05/2019	2724
TDM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI EPP	1.025,95	13/05/2019	60327
TDM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI EPP	1.025,95	11/06/2019	61457
TDM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI EPP	1.025,95	10/07/2019	62966
TDM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI EPP	1.641,52	13/05/2019	60327
TDM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI EPP	1.641,52	11/06/2019	61457
TDM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI EPP	1.641,52	10/07/2019	62966
TDR TRANSP. LOGIST LTDA	9.230,00	07/05/2019	13721
TEIA PLANEJAMENTO E DESENHO EM ARQUIT E URBANISMO	4.900,00	12/01/2018	7
TOP SERVICOS DE TOPOGRAFIA	44.928,92	16/04/2019	971
TOP SERVICOS DE TOPOGRAFIA	16.174,85	16/04/2019	972
TOP SERVICOS DE TOPOGRAFIA	6.361,00	16/04/2019	991
TOP SERVICOS DE TOPOGRAFIA	17.325,00	16/04/2019	990
TOP SERVICOS DE TOPOGRAFIA	10.296,00	14/05/2019	1008
TOP SERVICOS DE TOPOGRAFIA	22.077,00	24/06/2019	1031
TOP SERVICOS DE TOPOGRAFIA	3.754,00	08/08/2018	846
TORCISAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE AÇOS LTDA	3.104,34	17/05/2019	17634
TORCISAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE AÇOS LTDA	3.104,34	22/05/2019	17634
TORCISAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE AÇOS LTDA	3.104,35	10/05/2019	17634
TORCISAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE AÇOS LTDA	3.104,34	29/05/2019	17634
TRANSCARDOSO N. R. TRANSPORTES, MANUTENCAO E LIMPEZA LTDA - ME	10.019,70	16/04/2019	411
TRANSCARDOSO N. R. TRANSPORTES, MANUTENCAO E LIMPEZA LTDA - ME	11.411,32	16/04/2019	432
TRANSCARDOSO N. R. TRANSPORTES, MANUTENCAO E LIMPEZA LTDA - ME	834,97	16/04/2019	434
TRANSCARDOSO N. R. TRANSPORTES, MANUTENCAO E LIMPEZA LTDA - ME	12.524,62	16/04/2019	450
TRANSCARDOSO N. R. TRANSPORTES, MANUTENCAO E LIMPEZA LTDA - ME	5.844,83	14/05/2019	462
TRANSCARDOSO N. R. TRANSPORTES, MANUTENCAO E LIMPEZA LTDA - ME	834,97	14/05/2019	451
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	06/06/2019	1535
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	07/06/2019	1533
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	07/06/2019	1534
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1558
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1550
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1553
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1551
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1559
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1560
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1552
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1563
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1562
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1566
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	22/07/2019	1569
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	30/07/2019	1570
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	30/07/2019	1564
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	30/07/2019	1565
TRANSFORT CARGAS E LOGISTICA LTDA - ME	5.200,00	30/07/2019	1568
USIMINAS - RS	33.266,86	16/04/2019	338
VOESTALPINE MEINCOL S/A. - AÇO	81.557,04	15/04/2019	234529
VOESTALPINE MEINCOL S/A. - AÇO	31.070,77	15/04/2019	234524
VOESTALPINE MEINCOL S/A. - AÇO	25.679,50	26/04/2019	234524

VOESTALPINE MEINCOL S/A - AÇO	67.405,58	26/04/2019	234529
VOESTALPINE MEINCOL S/A - AÇO	21.709,95	27/05/2019	238084
VOESTALPINE MEINCOL S/A - AÇO	84.920,98	27/05/2019	238056
VOESTALPINE MEINCOL S/A - AÇO	12.151,12	04/06/2019	238486
VOESTALPINE MEINCOL S/A - AÇO	4.078,16	04/06/2019	238492
VOESTALPINE MEINCOL S/A - AÇO	17.942,92	05/07/2019	238084
VOESTALPINE MEINCOL S/A - AÇO	70.185,84	05/07/2019	238056
WL ATACADISTA - MATERIAL	1.226,56	20/02/2019	202
WL ATACADISTA - MATERIAL	16.783,26	19/03/2019	240
WL ATACADISTA - MATERIAL	1.037,69	13/02/2019	191
WL ATACADISTA - MATERIAL	17.280,08	27/02/2019	219
<b>15.056.468,90</b>			

Observação: todas as despesas acima foram alocadas no desenvolvimento do Empreendimento Destinatário.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller initials on the left and bottom right.

### EMPREENDIMENTO DESTINATÁRIO

Tabela 1: Identificação do Empreendimento Destinatário

Empreendimento	Endereço	Matrícula	Cartório	Empreendimento objeto de destinação de recursos de outra emissão de certificados de recebíveis imobiliários?	Possui habite-se?	Está sob o regime de incorporação?
<b>Condomínio 72</b> Lote nº 10 do Conjunto 01 da Quadra 502	Sector Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã – RA XXVIII	19304	7º Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Federal	Não	Não	Sim
<b>Condomínio 73</b> Lote nº 12 do Conjunto 01 da Quadra 502	Sector Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã – RA XXVIII	19305	7º Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Federal	Não	Não	Sim
<b>Condomínio 75</b> Lote nº 09 do Conjunto 02 da Quadra 502	Sector Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã – RA XXVIII	19310	7º Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Federal	Não	Não	Sim
<b>Condomínio 76</b> Lote nº 11 do Conjunto 02 da Quadra 502	Sector Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã – RA XXVIII	19311	7º Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Federal	Não	Não	Sim

Tabela 2: Forma de Destinação dos Recursos dos CRI no Empreendimento Destinatário

Empreendimento Destinatário	Sociedade / CNPJ	Uso dos Recursos	Valor estimado de recursos dos CRI a serem alocados em cada Empreendimento Destinatário conforme cronograma semestral constante da Tabela 3 (Destinação) (em R\$)	Percentual do valor estimado de recursos dos CRI dividido por Empreendimentos Destinatários
Itapoã Parque	CNPJ: 06.056.990/0001-66	Exclusivo na obra	R\$50 M nos condomínios 72, 73, 75, 76, 71, 74, 57, 60, 56, 59, 55 e 58	100% na Etapa 1, as demais serão com recursos do PJ e resultado

Tabela 3 – Cronograma Tentativo e Indicativo de Utilização dos Recursos no Empreendimento Destinatário (semestral, em R\$)

Empreendimento Destinatário	Tipo	Reembolso	2º Semestre/19
Itapoã Parque	Obra	30,1%	69,9%



### MODELO DE RELATÓRIO SEMESTRAL DE VERIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS

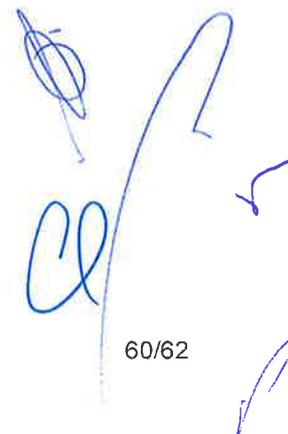
Período: \_\_/\_\_/\_\_ até \_\_/\_\_/\_\_

**JOSÉ CELSO GONTIJO ENGENHARIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na Q SHCS EQS 114/115, nº 41, conjunto A, bloco 1, salas 10 a 16 / 28 a 34, Centro Comercial, Casa Blanca, Asa Sul, CEP 70377-400, inscrita no CNPJ sob o nº 06.056.990/0001-66 ("**Devedora**"), neste ato representada na forma do seu estatuto social, em cumprimento ao disposto na Cédula de Crédito Bancário 71500038-1, emitida pela Devedora em favor **COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI – CHP**, instituição financeira, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Cristóvão Colombo, nº 2955, conj. 501, Centro, CEP 90.560-002, inscrita no CNPJ sob o nº 18.282.093/0001-50, em 15 de agosto de 2019 e posteriormente cedida à **BRAZIL REALTY COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3600, 12º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ sob o nº 07.119.838/0001-48 ("**CCB**"), DECLARA que os recursos recebidos em virtude da ida CCB foram utilizados, no último semestre, para a finalidade prevista na Cláusula Segunda da CCB, conforme descrito abaixo, nos termos das notas fiscais ou documentos equivalentes anexos ao presente relatório:

Nome do Empreendimento	Valor aplicado no Empreendimento no semestre	Total no	% do Utilizado no semestre	Lastro no	Destinação dos Recursos (descrever em que etapa do projeto aplicou os recursos)
[=]	[=]	[=]	[=]	[=]	[=]
[=]	[=]	[=]	[=]	[=]	[=]
Total utilizado no semestre	[=]	[=]	[=]	[=]	[=]
Total devido	[=]	[=]	[=]	[=]	[=]

[Cidade], [UF], [=] de [=] de 20[=].

[assinaturas]



60/62